

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA  
CURSO GEOGRAFIA BACHARELADO

**GEOVANA CAMARA MARTINS**

**MULHERES CAMPONESAS EM RESISTÊNCIA:** a luta das camponesas das  
Comunidades localizadas no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

São Luís  
2023

**GEOVANA CAMARA MARTINS**

**MULHERES CAMPONESAS EM RESISTÊNCIA:** a luta das camponesas das  
Comunidades localizadas no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Geografia como requisito para conclusão  
do Curso de Bacharel em Geografia da  
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Orientador: Prof. Dr. Ademir Terra

São Luís  
2023

Martins, Geovana Camara.

Mulheres camponesas em resistência: a luta das camponesas das comunidades localizadas no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses / Geovana Camara Martins. - São Luís, 2023.

68f

Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual do Maranhão, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Ademir Terra.

1.Conflitos socioambientais. 2.Mulheres camponesas. 3.Lençóis Maranhenses. I.Título.

CDU: 911.372.2:316.48(812.1)

**GEOVANA CAMARA MARTINS**

**MULHERES CAMPONESAS EM RESISTÊNCIA:** a luta das camponesas das  
Comunidades localizadas no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de  
Geografia como requisito para conclusão do Curso de  
Bacharel em Geografia da Universidade Estadual do  
Maranhão – UEMA

Aprovado em: 25/ 07/2023

BANCA EXAMINADORA



---

**Prof. Dr. Ademir Terra**  
Universidade Estadual do Maranhão  
Orientador



---

**Profa. Dra. Rosalva de Jesus dos Reis**  
Universidade Estadual do Maranhão  
Examinadora 1



---

**Doutorando Antonio José Araújo Cruz**  
UNICAMP  
Examinador 2

Dedico esta monografia a minha mãe Sildilene.  
Sua grande força foi a mola propulsora que  
permitiu meu avanço, mesmo durante os  
momentos mais difíceis.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, a quem dedico toda minha fé, devoção e tomo como direção em minha vida, obrigada Pai, porque até aqui o Senhor me ajudou.

À minha família, meus pais Domingos e Sildilene, meus irmãos Flávio e Andrey, minha sobrinha Kauanna e minha cunhada Beatriz. Muito obrigada por serem meu pilar, pessoas com as quais sempre pude contar e que me ajudaram chegar até aqui. Essa conquista também é de vocês.

Ao meu orientador, Ademir Terra, a quem tive o prazer de ser orientada desde o início da graduação, a pessoa que me fez gostar muito de estudar geografia, principalmente geografia agrária e que nos enriquece com seu conhecimento.

Ao meu grupo de pesquisa, o GEPQAM, graças a ele sempre tive apoio e suporte seja nos campos ou nos relatórios, estão juntos comigo desde 2019. Por isso, vai meus agradecimentos aos atuais e antigos membros do grupo: Zeliane, Cleres, Antônio, Givanilson, Rogério, Francisco, Vanderson, Eliezer, Rossane, Wilane, Thalia, Katarina, Henrique, Marcus e os demais que estão chegando ao grupo.

À Universidade Estadual do Maranhão, na qual realizei um sonho de menina que foi estudar em uma instituição de ensino superior pública, mesmo que metade da graduação foi realizada de maneira remota em decorrência da Covid 19, agradeço ao suporte e às bolsas no meu início da iniciação científica.

À FAPEMA por ter me disponibilizado bolsas durante a iniciação científica, foi de grande ajuda.

Ao curso de Geografia, um curso maravilhoso a qual irei me formar, sou grata por poder me tornar uma geógrafa. Mas, em especial, um agradecimento ao corpo docente deste curso, os responsáveis pela minha formação e terem me perpassado seus conhecimentos, sou grata a eles (a): Silas, Rafael, Ana Rosa, Rosalva, Quésia, Terra, Carlos Freitas, José Sampaio, Wasti, Fernando, Cristiano, Luís Jorge, Arilson, Luíz Carlos, Carlos Eduardo e os demais que colaboraram para a minha formação.

Ao meu “grupinho” da geografia, as pessoas que estão comigo desde o primeiro período, foram meu apoio tanto dentro como fora do curso, meus colegas de trabalho em equipe, meus conselheiros, meus irmãos, são pessoas que quero levar para toda a vida. Igor, Juliana e Vanessa, obrigada por sempre que eu precisei, estiveram presentes, vocês também fazem parte desta conquista.

À minha turma de geografia bacharelado, 2018.2, obrigada pelos diálogos, auxílios com trabalhos, dúvidas e os momentos de descontração que aliviava aquele “peso” da graduação, meus agradecimentos especiais a: José Nicollas, Nicollas Silva, Weliton, Édila, Rogério, Bianca, João Gabriel, João Eudes, James, Maylla, Jean, Brenda, Nayara, Tiago, Felipe e os demais que não continuaram a graduação. E não poderia deixar de agradecer aos colegas que fiz no curso da licenciatura e veteranos: Carlos Daniel, Giselle, Tayrlan, Gabriel Costa, Raianny, Jéssica, ao grupo de estudos Marielle e entre outros, vocês foram incríveis para mim.

À minha psicóloga que me acompanha desde o início da graduação, Dr. Mariana Pedroza, obrigada por toda semana me ajudar com suas sessões de terapia, principalmente nesta fase tão difícil que é minha conclusão de curso.

Ao Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, onde tenho o privilégio de exercer meu estágio em geografia e me mantém nesse fim da graduação. Sou grata ao lugar pela experiência profissional e aos funcionários pelo apoio, em particular, ao diretor do centro Deusdedit Carneiro e aos meus parceiros estagiários: Gustavo e Juliana Mousinho. À professora Rosalva Reis, obrigada pela indicação ao estágio, você é uma pessoa muito querida para mim.

As minhas grandes amigas de vida, que estão presentes comigo, me acompanham em cada conquista e sempre vibram com minhas vitórias: Adna, Gilmara, Aysylana, Samara, Juliana Vieira e Wellen, vocês são para mim o que está escrito em Provérbios 18:24: “amigos mais chegados que um irmão”.

E por fim, aos comunitários do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, em especial das comunidades às quais formam objeto de minha pesquisa. Esses quase 4 anos de pesquisa nessa região foi incrível para mim, a cada atividade de campo, entrevista e pesquisa eu sentia a certeza que é essa área que quero seguir e por eles que quero lutar. Muito obrigada aos comunitários e comunidades do Parque pela ótima recepção, espero que meu trabalho, de alguma forma, possa trazer algum resultado positivo para vocês.

## RESUMO

Em razão da demanda da comunidade científica maranhense, foi criado o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM) o qual se enquadra como de Proteção Integral pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama. Embora, seja justificável a criação da Unidade de Conservação (UC), pois nele possui uma fauna e uma flora que é vital ser preservada. Contudo, desde a sua implantação, emergiu um conjunto de conflitos socioambientais envolvendo os camponeses que nele habitam e o órgão gestor, o Instituto Chico Mendes de Conservação da biodiversidade-ICMBio. Devido ao órgão, em razão da legislação, impor-lhes restrições quanto a continuidade de praticar suas atividades tradicionais, tais como: pesca, extrativismo e criação de animais, sob a justificativa de que estas práticas provocam a depredação do meio ambiente, e que em caso descumprimento da legislação, os moradores estarão sujeitos à multas, as quais, para o padrão econômico deles, são consideradas altas. O que é contraditório, pois as comunidades habitam na área de longa data e o meio ambiente permaneceu preservado. Ressalta-se também o fato de os habitantes da área não terem qualquer tipo de participação no projeto de implantação do Parque, aliás, esta participação só passou ser obrigatória à partir de legislações posterior a criação do Parque. Contraditoriamente, a prática do turismo que é permitida e até incentivada no PNLM, degrada muito mais a natureza do que as práticas tradicionais dos camponeses. Considerando tais questões, a presente pesquisa objetivou estudar os dados referentes à luta das mulheres camponesas no Parque Nacional dos Lençóis Maranhense, bem como os conflitos e contradições que as envolvem. Para tanto, empregamos o método dialético, com suporte no referencial teórico do materialismo histórico.

**Palavras-chave:** Conflitos Socioambientais. Mulheres Camponesas. Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

## ABSTRACT

Due to the demand of the scientific community of Maranhão, the Lençóis Maranhenses National Park (PNLM) was created, which is classified as Integral Protection by the Brazilian Institute of Environment and Renewable Natural Resources - IBAMA. Although, the creation of the Conservation Unit (UC) is justifiable, as it has a fauna and flora that is vital to be preserved. However, since its implementation, a set of socio-environmental conflicts has emerged involving the peasants who live there and the managing body, the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation - ICMBio. Due to the agency, by law, it imposes restrictions on the continuity of their traditional activities, such as fishing, extractivism, and animal husbandry, on the grounds that these practices cause the depredation of the environment, and that in case of non-compliance with the law, the residents will be subject to fines, which, for their economic standards, are considered high. This is contradictory, since the communities have lived in the area for a long time and the environment has remained preserved. It is also noteworthy the fact that the inhabitants of the area do not have any kind of participation in the Park's implementation project, in fact, this participation has only been mandatory since legislation after the creation of the Park. Contradictorily, the practice of tourism that is allowed and even encouraged in the PNLM degrades nature much more than the traditional practices of the peasants. Considering such issues, the present research aimed to study the data concerning the struggle of peasant women in the Lençóis Maranhense National Park, as well as the conflicts and contradictions that involve them. To do so, we used the dialectical method, supported by the theoretical framework of historical materialism.

**Keywords:** Socioenvironmental Conflicts. Peasant Women. Lençóis Maranhenses National Park.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Mapa de localização geográfica do Município de Barreirinhas.....	19
<b>Figura 2</b> - Mapa de localização do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.....	24
<b>Figura 3</b> - Lagoa Bonita, localizada no PNLN.....	25
<b>Figura 4</b> - Mapa de Localização da Comunidade Atins no PNLN.....	27
<b>Figura 5</b> - Portal de entrada da comunidade de Atins.....	28
<b>Figura 6</b> - Mapa de Localização da Comunidade Mandacaru no PNLN.....	29
<b>Figura 7</b> - Comunidade Mandacaru.....	30
<b>Figura 8</b> - Farol Preguiças Localizado na Comunidade Mandacaru no PNLN.....	31
<b>Figura 9</b> - Mapa de localização da Comunidade Santo Inácio no PNLN.....	32
<b>Figura 10</b> - Comunidade Santo Inácio 1.....	33
<b>Figura 11</b> - Cartão Cadastro de sócio lavradoras de Barreirinhas.....	52
<b>Figura 12</b> - Rua dos artesanatos de Mandacaru.....	55
<b>Figura 13</b> - Artesã confeccionando uma tiara.....	56
<b>Figura 14</b> - Material confeccionado para a venda.....	56
<b>Figura 15</b> - Artesã que confecciona objetos com conchas de praia.....	57

### GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Evolução da população urbana e rural de Barreirinhas entre 1970 e 2010.....	21
<b>Gráfico 2</b> - Grupo étnicos da população de Barreirinhas no Maranhão.....	21
<b>Gráfico 3</b> - Produção agrícola no Município de Barreirinhas entre 2016 e 202.....	22
<b>Gráfico 4</b> - Criação de Animais no Município de Barreirinhas entre 2006 e 2018.....	22
<b>Gráfico 5</b> - Nível de escolaridade no Município de Barreirinhas em 2010.....	23

## LISTA DE SIGLAS

ANMTR-Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

CNUC- Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

MMA- Ministério do Meio Ambiente

MMC- Movimento de Mulheres Camponesas

MST- Movimento Sem Terra

ONGs- Organização Não Governamentais

PARNA- Parques Nacionais

PNLM- Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

PNRG- Plano Nacional de Reforma Agrária

RADAMBRASIL – Projeto Radar na Amazônia/Brasil

RPPN-Reserva Particular de Patrimônio Natural

SNUC– Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

UCs- Unidades de Conservação

UDR- União Democrática Ruralista

UPI- Unidade de Proteção Integrada

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2.</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>Levantamento Bibliográfico.....</b>	<b>15</b>
<b>2.2</b>	<b>Trabalho de Campo.....</b>	<b>16</b>
<b>3.</b>	<b>LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....</b>	<b>19</b>
<b>3.1</b>	<b>Município de Barreirinhas.....</b>	<b>19</b>
<b>3.2</b>	<b>Análise socioeconômica do Município de Barreirinhas.....</b>	<b>20</b>
<b>3.3</b>	<b>Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.....</b>	<b>24</b>
<b>3.4</b>	<b>Comunidade de Atins.....</b>	<b>27</b>
<b>3.5</b>	<b>Comunidade de Mandacaru.....</b>	<b>29</b>
<b>3.6</b>	<b>Comunidade de Santo Inácio.....</b>	<b>31</b>
<b>4.</b>	<b>PNLM à luz da teoria.....</b>	<b>34</b>
<b>4.1</b>	<b>Unidades de Preservação e Proteção.....</b>	<b>34</b>
<b>4.2</b>	<b>Conflitos Socioambientais.....</b>	<b>36</b>
<b>4.3</b>	<b>Campesinato.....</b>	<b>38</b>
<b>4.4</b>	<b>Território.....</b>	<b>41</b>
<b>4.5</b>	<b>Territorialidade.....</b>	<b>44</b>
<b>4.6</b>	<b>Comunidades Tradicionais.....</b>	<b>46</b>
<b>5</b>	<b>CONTEXTO HISTÓRICO DA LUTA DA MULHER CAMPONESA.....</b>	<b>49</b>
<b>5.1</b>	<b>A Mulher Camponesa do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.....</b>	<b>51</b>
<b>6</b>	<b>Mulheres de Atins e Mandacaru.....</b>	<b>54</b>
<b>6.1</b>	<b>As Mulheres Camponesas como protagonistas nos Conflitos Socioambientais.....</b>	<b>56</b>
<b>6.2</b>	<b>Maria do Celso: Símbolo da Resistência Feminina das Comunidades Tradicionais do Parque dos Lençóis Maranhenses.....</b>	<b>57</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>59</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>61</b>
	<b>APÊNDICE – A.....</b>	<b>67</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O território brasileiro é abundante em biodiversidade, com as quais as pessoas possuem uma relação direta, com isso, os ambientalistas acreditam que essa relação pode resultar em recursos naturais limitados. Destarte, a preservação da natureza constitui-se um tema central do espectro ambiental, nesse contexto, preservacionistas; conservacionistas, atuando por vias de Organizações Não Governamentais (Ongs); sociedade civil e poder público na emergência da finitude dos recursos naturais angular para institucionalização de preservação da natureza, viram a necessidade criar meios para esta preservação.

Por essa via, cria-se o primeiro Parque Nacional em meados do século XIX nos estados de Wyoming, Montana e Idaho nos Estados Unidos, o *Yellowstone* (1872), criado no contexto de preservacionismo, (DIEGUES, 2001, p. 18) “pode ser descrita como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (wilderness). Ela pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano.”

Segundo Rocha, Drummond e Ganem (2010), no Brasil, o primeiro Parque Nacional (PARNA) a ser criado foi o Parque Nacional de Itatiaia em 1937, cujo, o cerne constitui-se na preservação do patrimônio natural do bem público:

Desde então, convive com o desafio de cumprir o preceito básico de transformar em patrimônio público, com posse e domínio do Estado, as áreas decretadas como PNs. Esse desafio estende-se a outras categorias de unidades de conservação (UCs) [...] (ROCHA, DRUMMOND E GANEM, 2010, p. 205).

O país, atualmente, possui 74 Parques Nacionais, incluídos na categoria de Unidade de Proteção Integral à natureza, dentre esses, destacamos o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), que faz parte das 320 Unidades de Conservação (UC) federais geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da biodiversidade (ICMBio).

As UCs Brasileiras geram uma problemática que está relacionada ao fato das Unidades de Proteção Integral (UPI) limitarem a presença humana, mesmo que estes grupos estejam presentes na UPI antes de sua criação. E, como premissa para justificar esta política, os gestores asseguram que a existência de humanos irá degradar ainda mais esses espaços a serem preservados.

Neste contexto, o PNLM foi criado em 02 de junho de 1981, para preencher as lacunas existentes no então sistema de Unidades de Conservação (IBAMA, 2004). Embora esteja incluído no Plano de Manejo que o motivo da criação do PARNA seria atender as reivindicações da comunidade científica e instituições que atuam na área ambiental do Estado do Maranhão, a sua implantação não ocorreu de forma democrática, pois as comunidades

tradicionais ali presentes não participaram de tal decisão. E como a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que prevê que as populações tradicionais devem ter seus meios de vida e cultura protegidos e valorizados só ocorreu em 2000, os comunitários sofreram/sofrem com as limitações postas pela legislação, acarretando um agregado de conflitos socioambientais.

Nesta premissa, observa-se a grande presença das mulheres nas comunidades tradicionais do PARNA, onde as mesmas possuem relevante papel na organização social do lugar, sendo elas responsáveis pela lavoura, extração do pseudo-fruto do caju, artesanato (principalmente com a fibra do Buriti), pesca entre outras atividades de sustento e subsistência que são características daquele lugar.

Essa vida rural dentro do Parque precisou se adequar a inserção do turismo que cresce a cada ano, tomando outras dimensões e construindo novas identidades. Observando as últimas décadas, nota-se que essa nova sociedade capitalista está criando um “novo mundo rural” que reestrutura a produção da sociedade a qual afeta não somente a cidade, como também o campo (LUSA, 2009).

E esse novo contexto afeta tanto os homens como as mulheres camponesas que precisam se adaptar a essa nova realidade, a partir do momento que as atividades turísticas e trabalhos voltados ao atendimento dos turistas se tornaram mais rentáveis que suas atividades tradicionais. Principalmente, porque há uma grande pressão para que abandonem suas atividades tradicionais, vistas pelo órgão gestor e por parte da sociedade, como prejudiciais ao meio ambiente. Por conta disso, a subalternização ao turismo, não por uma livre escolha, mas uma submissão como forma de manutenção em seus territórios e nele continuar produção e reprodução.

Contudo, observa-se as relações desiguais de gêneros, as quais não são um fenômeno da atualidade<sup>1</sup>, mas é perceptível na vida cotidiana dos comunitários dificuldades bem maiores para as mulheres do que para os homens. Visto que, muitos homens precisam sair para buscar o sustento fora do perímetro dos Lençóis Maranhenses e de Barreirinhas, enquanto as mulheres que ficam nas comunidades assumem todas as responsabilidades da família.

Sendo assim, devido às limitações impostas, as camponesas acabam sendo prejudicadas quanto às suas atividades. Entretanto, as mesmas se subalternam e resistem às essas imposições sendo elas as principais porta vozes quanto aos assuntos relacionados ao Parque.

---

<sup>1</sup> As sociedades camponesas, tradicionalmente são patriarcais.

A pesquisa que vem sendo realizada desde a nossa *iniciação científica* cujo o principal objetivo é dar visibilidade àquelas comunidades ali presentes, em especial às mulheres, as quais, muitas vezes são responsáveis por tomar a frente nas lutas e resistências em defesa do seu território no Parque. Visando assim, atribuir destaque às camponesas e, deste modo permitir uma melhor gestão do PNLM, a partir do momento em que se há um conhecimento dos problemas que acontecem no Parque.

Buscando alcançar os objetivos propostos, analisamos o modo de reprodução social das mulheres camponesas das comunidades de Atins, Mandacaru e Santo Inácio localizadas no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses frente aos conflitos socioambientais, principalmente àqueles que emergiram após a institucionalização do Parque enquanto Unidade de Proteção Integral.

Para tanto, empreendemos o levantamento e análise da evolução histórica da resistência feminina realizada pelas camponesas em busca de equidade social nas comunidades Atins, Mandacaru e Santo Inácio no PNLM; buscamos identificar e analisar como se dá atuação do Estado ao implementar políticas públicas voltadas ao atendimento desta parcela dos habitantes do Parque; discutimos também as transformações econômicas propiciadas pelas organizações que congregam as camponesas do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, bem como as repercussões destas transformações na organização econômica, social, ambiental e cultural das comunidades.

Visando compreender esses conflitos, realizamos atividades de campo, a qual dialogamos com as moradoras e, foi realizada pesquisas quali-quantitativas, com intuito de desvelar a dinâmica que prepondera entre camponeses e o órgão gestor, com intuito de encontrar respostas para estas pautas que perpetuam essa pesquisa.

## 2 METODOLOGIA

Visando alcançar os objetivos apresentados para a pesquisa, recorreremos às investigações teóricas e empíricas utilizando a teoria do materialismo histórico, que segundo Alves (2010), a pesquisa deve dominar a matéria até o detalhe; analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e descobrir a conexão íntima que existe entre elas.

E no método dialético, que consiste em “observar o processo pelo qual as categorias, noções ou formas de consciência surgem umas das outras para formar totalidades cada vez mais inclusivas, até que se complete o sistema de categorias, noções ou formas, como um todo” (ALVES, 2010 p. 2).

A partir do uso desse método, analisamos a primazia da relação do homem e natureza e suas intermediações, partindo do ponto que, o modo de produção material da sociedade que irá constituir todas as adjacências do mesmo (PACÍFICO, 2019). Deste modo, estudamos a forma como as camponesas vivem e se adequam em seu território dando ênfase a sua forma de resistência quanto as políticas impostas a elas pelo órgão do parque.

### 2.1 Levantamento Bibliográfico

O levantamento bibliográfico tem como objetivo adquirir informações efetivas para fins técnico-científicos. Galvão (2010) retrata que a construção de uma história do espaço coletivo leva consigo todas as pessoas que tiveram a precaução de registrar suas descobertas científicas, seja em escrita, papiros, telas, imagens ou digitalmente. Além das pessoas que se propuseram a levantar dados, há também organizações (governamentais, não governamentais, rede privada e entre outras) que buscam manter esse conhecimento, a fim de que o mesmo tenha uma periodicidade e seja levado para o mundo contribuindo assim, para uma expansão da ciência. Podendo afirmar assim:

Que realizar um levantamento bibliográfico é se potencializar intelectualmente com o conhecimento coletivo, para se ir além. É munir-se com condições cognitivas melhores, a fim de: evitar a duplicação de pesquisas, ou quando for de interesse, reaproveitar e replicar pesquisas em diferentes escalas e contextos; observar possíveis falhas nos estudos realizados; conhecer os recursos necessários para a construção de um estudo com características específicas [...] (GALVÃO, 2010 p. 1).

Neste sentido, a primeira parte para elaboração desse trabalho foi produzido através de levantamentos bibliográficos realizados em livros, artigos, teses, projetos, relatórios e outros documentos elaborados pelo poder público e alguns pelas sociedades civis que em geral não são considerados nos estudos, a chamada “literatura cinzenta” (PISCIOTTA, 2003).

## 2.2 Trabalho de Campo

O trabalho de campo para a realização da pesquisa foi a segunda parte para sua elaboração, segundo Costa (2017, p. 64). Essa forma de trabalho constitui como uma importante ferramenta para o bom desenvolvimento da pesquisa geográfica, pois dela se expõe a realidade da questão estudada, melhor dimensiona o problema em questão, servindo como revalidação do referencial teórico abordado. Através do campo, ver-se a importância do território estudado, verificando sua paisagem e territorialidades, para que deste modo, possa-se levantar as ponderações do objeto de estudo.

O campo é um instrumento didático e de fundamental importância para uma pesquisa da/na Geografia. “O trabalho de campo nos proporciona visualizar tudo o que foi abordado em sala de aula, em que a teoria se torna realidade, é um demasiado momento no processo ensino, aprendizagem e produção do conhecimento” (MARCOS, 2017, p. 108).

Marcos (2017) também expõe que o pesquisador ao pesquisar em comunidades deverá dar uma finalidade a pesquisa e deixar resultados às comunidades estudadas. Levantando questões como: para que e para quem fazer a pesquisa? Quais benefícios esse trabalho deixará para a comunidade? entre outras questões, para assim, se preparar para a ida à campo. Como Brandão afirma:

É necessário que o cientista e sua ciência sejam, primeiro, um momento de compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do outro, a quem, mais do que conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir. A partir daí uma nova coerência de trabalho científico se instala e permite que, a serviço do método que a constitui, diferentes técnicas sejam viáveis: o relato de outros observadores, mesmo quando não cientistas, a leitura de documentos, a questionários (...), a observação da vida e do trabalho. Estava inventada a participação da pesquisa (BRANDÃO 1987, p. 12).

Desse modo foram realizados trabalhos de campos nas comunidades delimitadas neste trabalho com objetivo de observar, levantar dados e ouvir as vozes das camponesas ali presentes, como também foi realizado entrevistas com agências de turismo, ICMBio, secretarias e sindicatos com o propósito de trabalhar o método dialético, pois como escreveu Stálin (2021, p. 13) “nenhum fenômeno da natureza pode ser compreendido, se focalizado isoladamente [...]” sendo assim, testemunhando as contradições implícitas quanto aos conflitos.

O primeiro campo foi realizado em agosto de 2021 na comunidade de Santo Inácio durante a pesquisa de Iniciação Científica, neste campo a princípio foram realizadas entrevistas em agências de turismo, secretarias, sindicatos e ao chefe interino do ICMBio daquele período

no município de Barreirinhas (Tabela 1), em seguida nos deslocamos para a comunidade onde foram entrevistadas 6 famílias, onde 5 das entrevistadas foram mulheres.

Também foi entrevistada a moradora Maria do Celso, uma das principais vozes e lutadoras pelos direitos dos comunitários, apesar de ela residir na comunidade Ponta do Mangue, a mesma é natural de Santo Inácio. Também houve uma incursão na comunidade Tratada de Cima na qual foi entrevistada a responsável pelo Conselho Consultivo da comunidade, que também participa de todas as reuniões e pautas relacionadas ao Parque.

**Tabela 1 - Entrevistas Realizadas**

<b>DATA</b>	<b>Agências de Turismo e Órgãos Entrevistados</b>
06/08/2021	Órgão Gestor Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
06/08/2021	Agência de turismo JBTour
07/08/2021	Conselho Consultivo na Comunidade Tratada de Cima
09/08/2021	Centro de Direitos Humanos de Barreirinhas
09/08/2021	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Barreirinhas
09/08/2021	Secretaria de Turismo de Barreirinhas
09/08/2021	Sindicato de Trabalhadores Rurais de Barreirinhas
09/08/2021	Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento de Barreirinhas
10/08/2021	Colônia de Pescadores de Barreirinhas
10/08/2021	Agência de turismo Miragem Tour
10/08/2021	Agência de turismo Caetés
10/08/2021	Agência de turismo Lençóis Ecoturismo
10/08/2021	Agência de turismo Oceano Turismo
11/08/2021	Comunidade Santo Inácio
22/12/2022	Comunidades Atins e Mandacaru

**Autor(a):** (MARTINS, 2023)

O segundo campo foi realizado no período de dezembro de 2022, a qual foi entrevistado as moradoras das comunidades de Mandacaru e Atins, onde foram entrevistadas ao todo 10 mulheres.

Durante esses campos foram realizadas entrevistas semiestruturadas, para que deste modo, pudéssemos ter um melhor diálogo com os entrevistados e alcançar os objetivos propostos. Lima, Almeida e Lima (1999) reiteram que a entrevista semiestruturadas é um meio de interação social, no qual o entrevistador tem como função adquirir informações do entrevistado mediante a um roteiro que engloba a principal problemática da pesquisa. Para

Minayo (1994) a entrevista favorece a aquisição de informações por meio de conversas individuais, que traz à tona símbolos, normas e valores por meio de um porta-voz que representa determinado grupo.

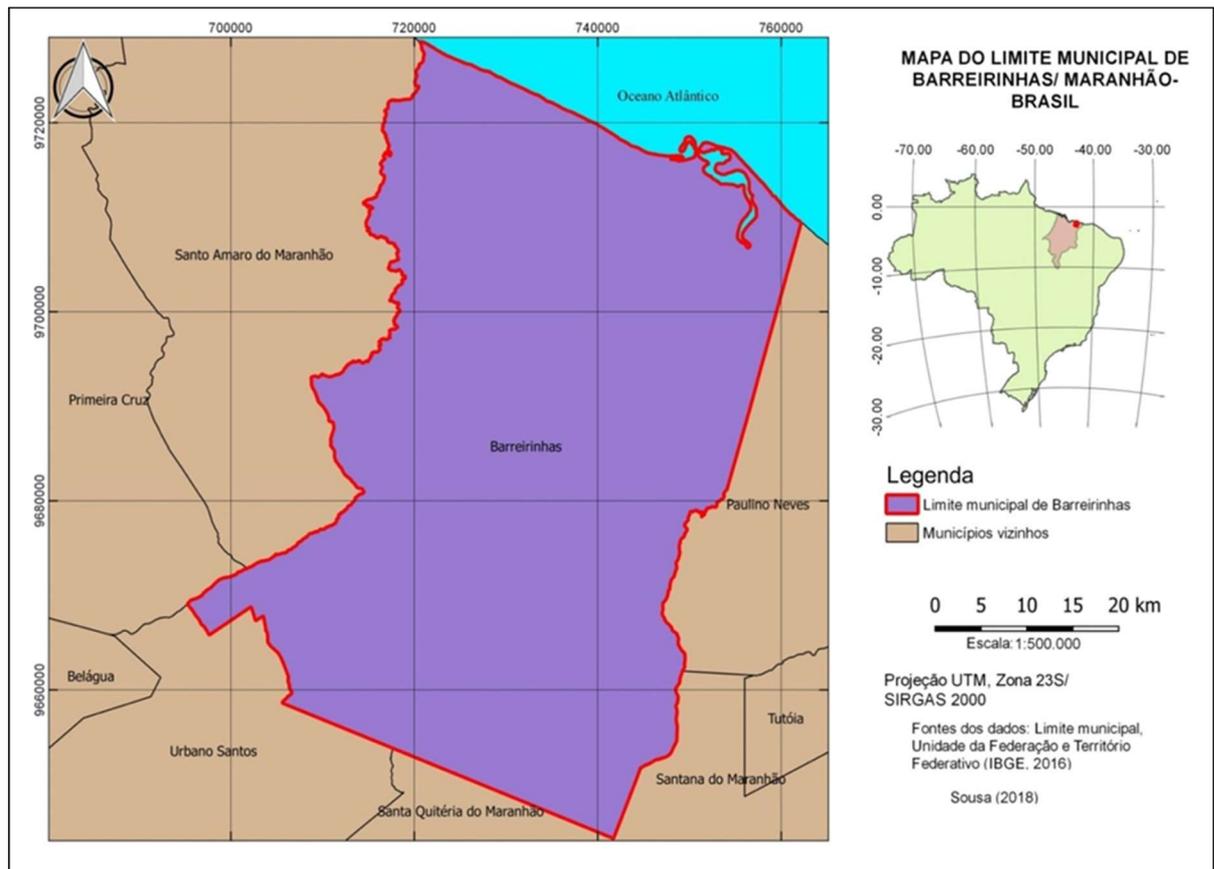
Certificando que, na entrevista semiestruturada, o informante tem a possibilidade de discorrer suas questões partindo do proposto pelo pesquisador, ao mesmo tempo que lhe dar permissão a respostas livres e espontâneas do informante (LIMA, ALMEIDA e LIMA, 1999). Em vista disso, durante as entrevistas foi possível ouvir as moradoras do parque e observar suas questões, inquietações e seus infortúnios quanto ao seu papel de mulher e sua luta por um território que dispõe de conflitos socioambientais, igualmente, os agentes causadores desse conflito.

### 3 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

#### 3.1 Município de Barreirinhas

Barreirinhas é um município que se localiza na Mesorregião Norte do Maranhão, estende-se por uma área de 3 112 km<sup>2</sup>, em 2021 contava com 65.583 habitantes e apresentava uma densidade demográfica de 21,53 habitantes por km<sup>2</sup> (IBGE, 2023). Situa-se nas coordenadas geográficas: latitude 2° 45' 12" N e longitude 42° 49' 33" W, na margem direita do rio Preguiças, limitando-se ao norte do Oceano Atlântico, ao sul pelos municípios de Urbano Santos, Santa Quitéria do Maranhão e São Bernardo. A Oeste pelos municípios de Primeira Cruz, Santo Amaro do Maranhão e São Bernardo. A Oeste pelos municípios de Primeira Cruz, Santo Amaro do Maranhão e ao Leste pelos municípios Paulino Neves e Tutóia. (Figura 1)

**Figura 1** - Mapa de Localização geográfica do Município de Barreirinhas



**Fonte:** IBGE, 2016

**Org.:** SOUSA, 2018

De acordo com o IBGE (2023) Barreirinhas é um município de grande extensão territorial, ocupando dentre os 217 municípios do Maranhão, o 38º maior em extensão territorial.

Partindo de São Luís, o acesso à cidade de Barreirinhas se dá através da rodovia federal BR-135 e das rodovias estaduais MA-402 e MA-225, além de estradas vicinais internas, usadas por moradores das comunidades rurais. É possível o acesso pelas vias terrestre, marítima/fluvial e aéreo. O município apresenta-se como portal de entrada para o PNLN.

Não se sabe quanto à formação e o povoamento do município, porém, de acordo com o IBGE (2019), credita-se na convergência de uma série de fatores como: a estrada que ligava a comarca de Campo Maior (PI) à de Brejo (MA) e a Icatu (MA), atravessando o rio Mocambo no local em que o Governo Imperial, no ano de 1849, mandara construir uma ponte, cuja construção e as boas pastagens presentes nas margens do rio Preguiças favoreciam a criação de gado, além da existência de terras próprias para a lavoura viabiliza a afluência de pessoas para aquele lugar que resultou na fundação de pequenos povoados que ainda hoje existem no município. IBGE (2019)

De acordo com o IBGE (2019) Criado em 14 de julho de 1871 pela lei provincial nº 951, cuja independência se sucedeu em 29 de março de 1938 através da lei nº 45, data em que se comemora o aniversário da cidade. Mesmo com a construção das rodovias, a principal via de acesso ao município era através do rio Preguiças, por meios de barcos a velas, que demoravam horas para chegar à capital São Luís.

Porém a partir da década de 1970 que o município começou a ascender economicamente, principalmente em virtude do turismo, viabilizado pela rica e vasta beleza natural como: as dunas e lagoas que fazem parte do PNLN; o rio Preguiças passou a ser utilizado para a realização de passeios turísticos empregando barcos e lanchas, além de visitas aos povoados ao próximo ao município que se tornaram pontos turísticos como Vassouras e Mandacaru, de acordo com a Pousada Porto, que é uma das responsáveis pelas rotas de turismo.

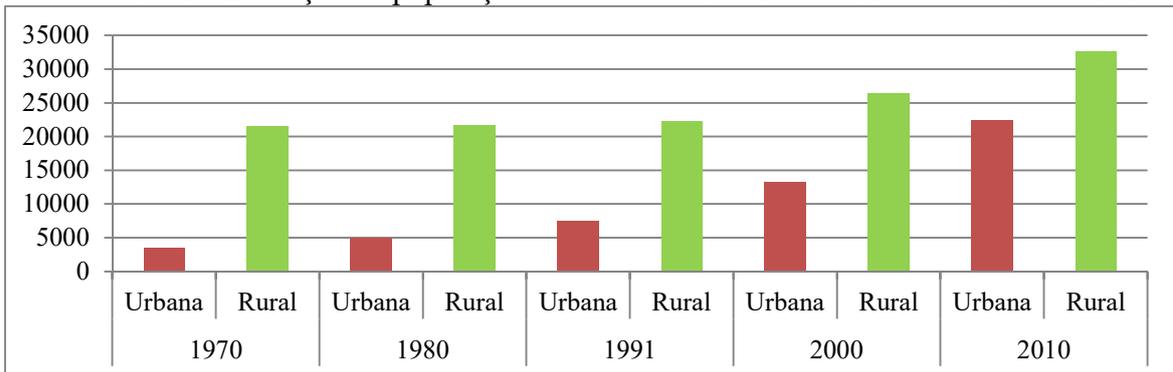
### **3.2 Análise Socioeconômica do Município de Barreirinhas**

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o município de Barreirinhas ocupa a posição 4.841 em comparação a todos os municípios do Brasil, com o índice de 0,570 (IBGE, 2017).

Até o início da década de 1970, mais de 50% da população do município domiciliava na área rural, por razão da agricultura familiar ser a fonte de renda da maioria das pessoas, levando em consideração que o surgimento do município se deu por conta das roças e pastagens que eram praticadas pelos primeiros moradores da região.

Porém nos últimos 20 anos, pode-se observar um aumento da população nas áreas urbanas, em razão das atividades turísticas que se expandem no município gerando vínculos empregatícios. “A população também aumentou em decorrência da chegada de barcos pesqueiros do Nordeste, que foram expulsos do local de origem pela mecanização da pesca costeira, levando os pescadores artesanais a procurarem outras áreas” (MARTINS, 2008, p. 70). (Gráfico 1)

**Gráfico 1 - Evolução da população urbana e rural de Barreirinhas entre 1970 e 2010**

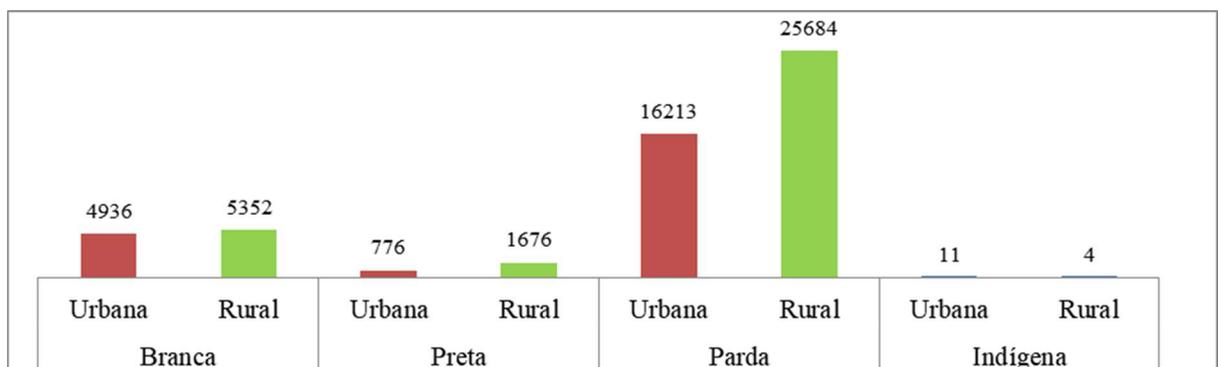


Fonte: IBGE, 2010

Org: MARTINS, 2020

Em relação às características étnicas raciais, a cor parda predomina na região, isso se dá, porque a maioria da população reside na zona rural e majoritariamente são descendentes de índios e negros, e por essa miscigenação, a cor parda, predomina no município. (Gráfico 2).

**Gráfico 2 - Grupos étnicos da população de Barreirinha no Maranhão**



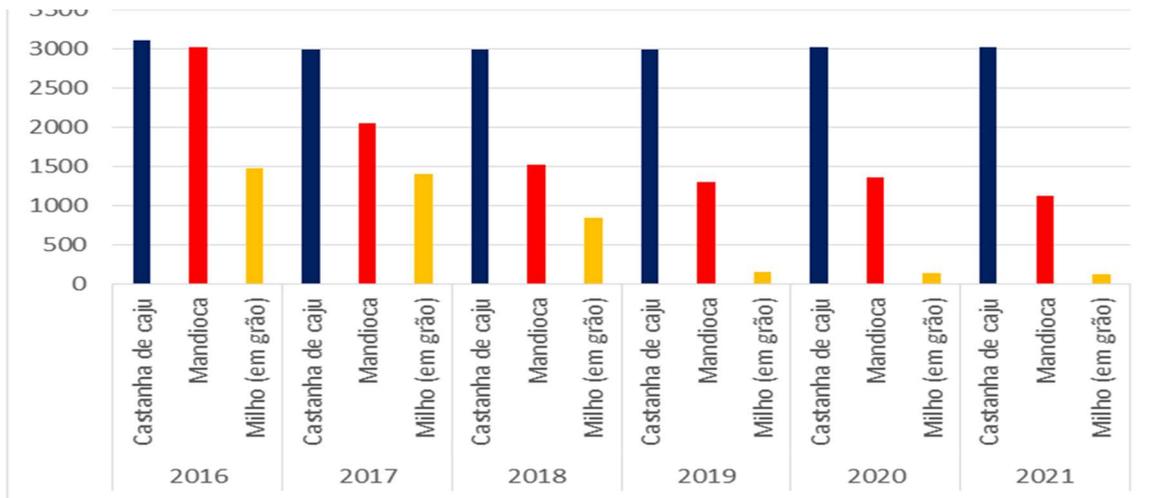
Fonte: IBGE, 2010

Org: MARTINS, 2020

Beleza e Pereira (2016), afirma que a economia de Barreirinhas está fortemente ligada à pesca artesanal, à agricultura, ao artesanato, ao comércio e ao turismo. Que os moradores, durante o processo de adaptação às condições da região, utilizaram os recursos provenientes da flora e fauna locais para sobreviverem. E dessa forma, o município dispõe e

precisa das produções agrícolas dos camponeses, para prover a população e para garantir renda aos lavradores (Gráfico 3).

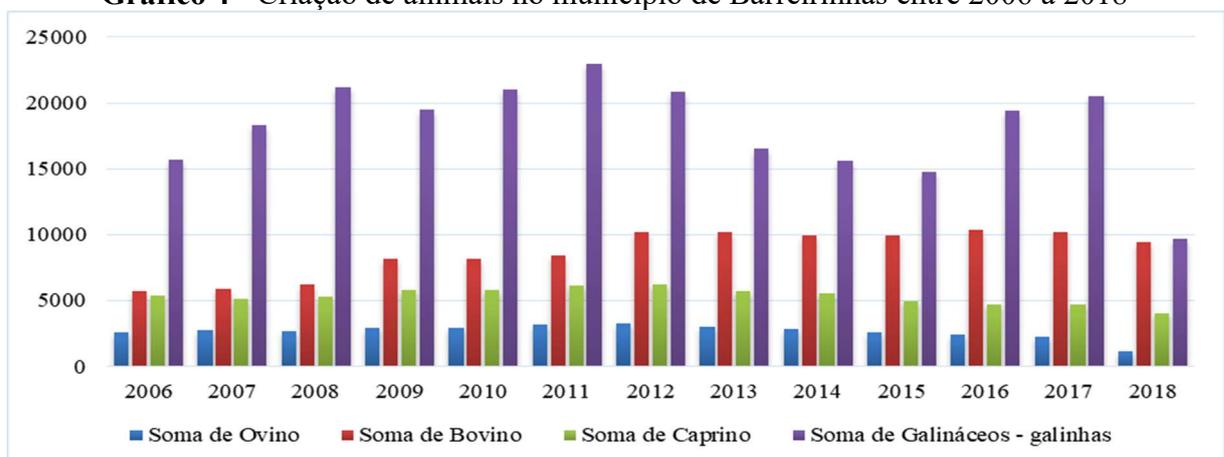
**Gráfico 3 - Produção agrícola no Município de Barreirinhas entre 2016 e 2021**



**Fonte:** IBGE, 2021  
**Org.:** MARTINS, 2023

Além disso, a criação de animais também é uma atividade desenvolvida pelos pequenos produtores. Entretanto, a maior parte do trabalho ser desenvolvido pelos trabalhadores das comunidades tradicionais do PNLM, ela possui pouca ênfase na economia, por razões que a legislação proíbe a criação de animais soltos em UC. Apesar da maior parte da criação ser para subsistência, alguns produtores possuem rebanhos bovinos, ovinos, galináceos que abastecem o mercado do município (Gráfico 4).

**Gráfico 4 - Criação de animais no município de Barreirinhas entre 2006 à 2018**



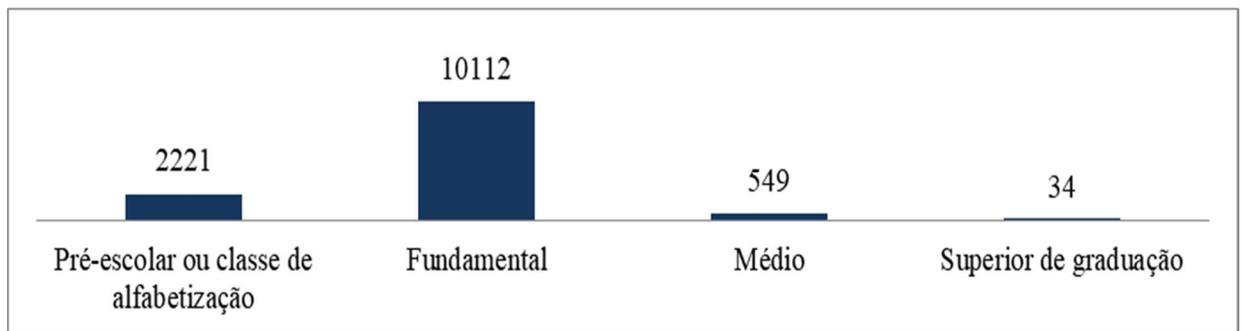
**Fonte:** IBGE, 2018  
**Org.:** MARTINS, 2020

Considerando o grau de escolaridade, a maioria da população barreirinense só possui Ensino Fundamental, isso se dá porque como a maioria da população é rural, nas comunidades não há escola de Ensino Médio, o que obriga os estudantes que buscam este nível de escolaridade se deslocar para a sede de Barreirinhas.

Porém, como muitas famílias não possuem condições financeiras para manter seus filhos na cidade, os jovens abandonam os estudos e passam a se dedicarem tão somente ao trabalho, quase sempre nas mesmas funções dos pais.

Contudo, com o aumento do turismo nestes últimos anos, muitos jovens estão trabalhando em agências de turismo ou em pousadas, principalmente em Atins, para assim ter um melhor sustento. Entretanto, as condições de trabalho, especialmente em algumas pousadas, são precarizados e o pagamento das diárias de serviços são baixas. (Gráfico 5)

**Gráfico 5** - Nível de escolaridade no município de Barreirinhas em 2010



**Fonte:** IBGE, 2010

**ORG:** Martins, 2020

A solução mais plausível para este problema seria a criação de escolas de nível médio nas comunidades, contudo, o poder público, neste caso a esfera estadual, não tem priorizado o atendimento deste nível de ensino na zona rural, como afirmam Cavalcante e Silva (2010):

O fato de as escolas do campo somente serem de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries, não só porque estão distantes, não há dinheiro, porque os políticos não têm vontade... Mas porque, na realidade, o único tempo mais ou menos reconhecido como tempo de direitos é de 7 a 10 anos. A infância tem uma vida muito curta no campo, por isso, a educação da infância tem uma vida muito curta no campo. A adolescência não é reconhecida, porque se insere precocemente no trabalho, e a juventude se identifica com a vida adulta precocemente. O não reconhecimento da adolescência e juventude no/do campo é resultado de um processo histórico de não reconhecimento destes povos como sujeitos de direitos [...] (CAVALCANTE; SILVA, 2010, p. 3-4).



Suas coordenadas geográficas 02° 19'S a 02° 45'S e 42°44' a 43°29' W e está localizado no bioma costeiro marinho, com ecossistemas de mangue, restinga e dunas (Figura 3). A entrada no parque pode ser feita por via terrestre pela rodovia MA-402, por via marítima, através do Rio Preguiças em Atins e, também por via fluvial, a partir de Barreirinhas através do Rio Preguiças, atravessando de balsa, até chegar à sede administrativa do parque que fica a 2 km de Barreirinhas. Também é possível chegar às dunas através de táxis aéreos (VIANA, 2019, p. 10).

**Figura 3** - Lagoa Bonita, Localizada no PNLM



**Fonte:** Dados da pesquisa  
**Autor(a):** MARTINS, 2019

A denominação dos Lençóis Maranhenses se deu, segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA, 2004) por conta das características “[...] fisiográfica do parque, por apresentar uma área de relevo plano, constituído por areias quartzosas marinhas e cordões de imensas dunas de coloração branca, as quais se assemelham a lençóis jogados sobre a cama”.

Feitosa afirma que a superfícies dos Lençóis Maranhenses é composta por formações superficiais com predominância de areias quartzosas inconsolidadas de idade quaternária. E sua “fisionomia da paisagem tema expressão de cadeias de dunas longitudinais com modelado eólico dominado por dunas do tipo Barcana, cuja amplitude topográfica alcança os 30 metros, intercaladas por depressões normalmente preenchidas por águas pluviais que formam lagoas perenes nas bordas e lagoas efêmeras, de beleza ímpar, no interior do campo de dunas, com duração dependente da pluviosidade” (FEITOSA, 2015, p. 33).

O PNLN é uma Unidade de Proteção Integral, ou seja, é uma área de proteção de recursos naturais, que é regida pelo plano de manejo que foi definida pela lei Nº 9.985/2000 que estabelece o SNUC. As atividades desenvolvidas na UC são uso público, fiscalização e pesquisa. E as atividades não permitidas são: pesca artesanal, pesca industrial, corte de mangue, extrativismo, caça, rally e ocupação irregular (SOUSA, 2018, p. 10).

Castro (2012), também considera a UC como “uma área geograficamente definida (espaço territorial) que tenha sido designada ou regulamentada e gerida (legitimada pelo Poder Público) para alcançar objetivos específicos de conservação (garantias adequadas de proteção).” (CASTRO, 2012 p. 147) explica que a criação do parque pode ser feita por quaisquer um dos três níveis de poder do país, mas os parques nacionais são de encargo do poder da União.

Quanto à população, a maioria das famílias reside no parque, isso desde a sua colonização. E por esse motivo, as maiorias das pessoas são de comunidades tradicionais, por estarem nessas terras há anos e possuírem todo um saber tradicional e se organizarem socialmente assim. Apesar disso, quando o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses foi criado, não houve qualquer participação dos comunitários, nem sequer foram os comunicados de tal decisão, em razão disso, os lavradores foram prejudicados face à imposição legal, doravante passaram a serem proibidas as práticas tradicionais que desenvolviam no seu dia a dia, sob a alegação de estarem devastando a natureza (TERRA, 2017, p. 255).

Só após a criação do SNUC através da lei nº 9.985/2000, Art 4, inciso XIII no qual consta que: “proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.” (SNUC, 2000), as comunidades puderam continuar realizando suas atividades, todavia não mais da mesma forma que antes, pois possuem algumas restrições e proibições.

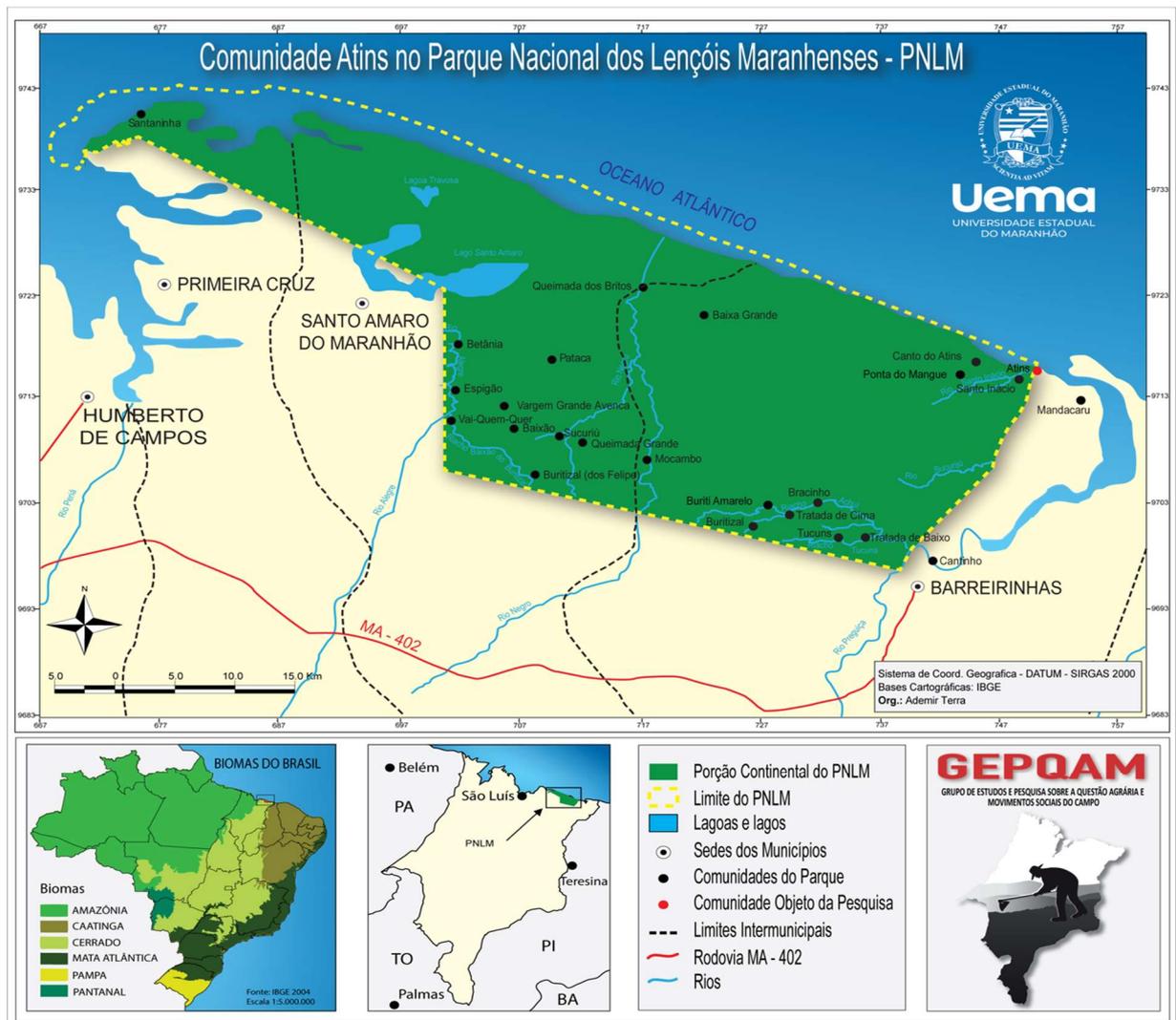
A partir de então, iniciaram-se os conflitos, porquanto, por ser ambiental como Acselrad (2004) qualifica, também é social, pois envolve grupos, comunidades e instituições da sociedade. Baseado nisso, a comunidade aqui trabalhada, se encaixa nesses conflitos, por possuírem uma luta para manter seu território e territorialidade contra uma questão que vai muito além de um órgão de preservação, como também, de um sistema capitalista que pretende se instalar em suas terras com a nova política de privatização/concessão para exploração privada.

### 3.4 Comunidade Atins

Atins é uma comunidade (Figura 4) está localizada na confluência do Rio Preguiças com o mar, e está na zona de amortecimento do parque. Sendo rodeada pela praia, por canais do rio, mangues e dunas. Furtado e Wada (2019) contam, que em sua essência, ela era uma vila de pescadores, famosa pelo camarão e, assim como as demais comunidades do parque, suas ruas são de areia (Figura 5) e havia construções de palha.

É um povoado que faz parte do município de Barreirinhas, esse meio de acesso pode ser por via terrestre através de veículos traçados que percorrem uma trilha de areia de 27km, levando aproximadamente 1h15min. E há também outra forma de chegar em Atins, por meio do Rio Preguiças, percurso feito usualmente com lanchas, que leva uma duração de 50 minutos (FURTADO e WADA, 2019). (Figura 4)

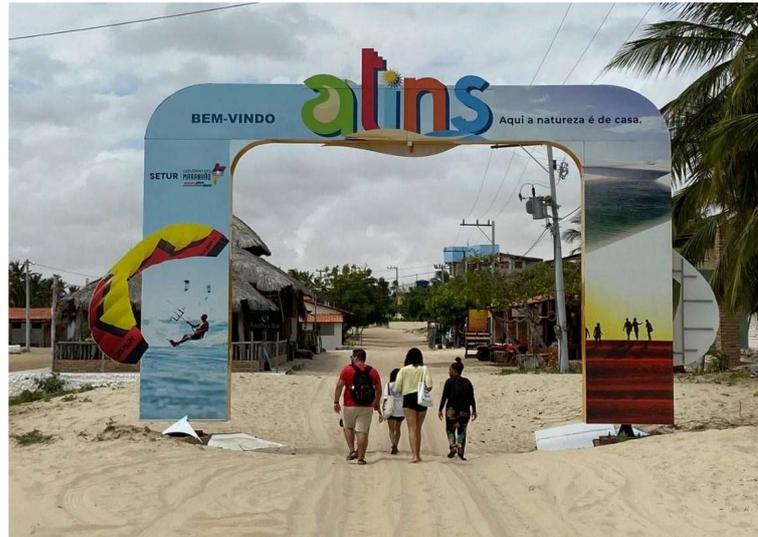
**Figura 4 - Mapa de Localização da Comunidade Atins no PNLM**



Fonte: IBGE  
Org.: TERRA, 2023

Quanto a energia elétrica trifásica, as autoras afirmam que chegou, de fato, no ano de 2015, mas existe primeiros registros de luz elétrica, por gerador, que foram datados em 1980, que segundo Furtado e Wada foi trazida “por um empreendedor ludovicense que enxergou o potencial do local e que é tido como pai do Atins, o Carlos Antônio Buna ou, como é conhecido, o Buna” (FURTADO e WADA, 2019 p. 8). (Figura5)

**Figura 5 - Portal de entrada da comunidade Atins**



**Fonte:** CAMPO, 2022

**Autor:** GOMES, 2022

Furtado e Wada (2019) também explica que os primeiros turistas que frequentam a comunidade vieram a convite do Buna, ao final dos anos 80, as autoras explanam que estes convidados realizaram expedições off-road e passearam pelas dunas, usufruindo do rancho do Buna como ponto de apoio e de hospedagem. Com isso, Buna construiu a primeira pousada da região.

Atualmente ocorre um grande movimento de imigração de investidores estrangeiros na região. Hoje, a comunidade conta com um grande número de moradores italianos e franceses que ali instituíram residência e montaram negócios voltados ao turismo. Por consequência, houve uma movimentação de migração dos comunitários nativos para outros povoados, sobretudo, para a cidade de Barreirinhas, onde muitos venderam suas terras para estrangeiros. (FURTADO e WADA, 2019).

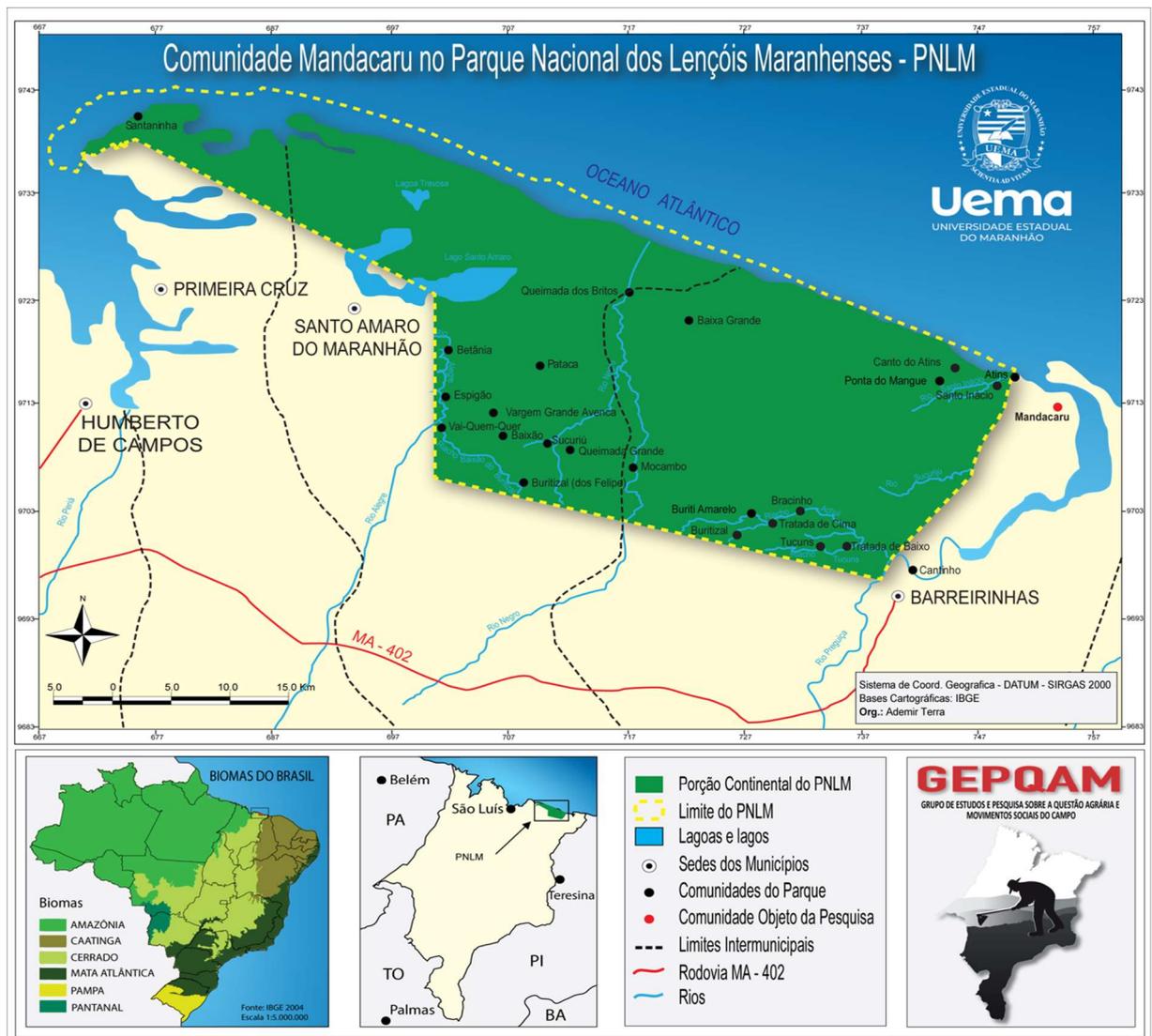
Em algumas entrevistas com agentes de turismo, muitos equipararam a região de Atins com a de Jericoacoara, que antes era uma vila de pescadores, contudo, atualmente é uma cidade tomada pelo turismo como resorts luxuosos, restaurantes e por empreendimentos em

geral em sua maioria não-nativos. Para agências de turismo e redes hoteleiras, vê-se um grande potencial para a comunidade chegar a este nível.

### 3.5 Comunidade de Mandacaru

A comunidade de Mandacaru (Figura 6), uma vila de pescadores e artesãos, é um dos locais de parada habitual dos passeios de barco que advêm da sede do município de Barreirinhas em direção à península de Caburé ou a comunidade de Atins. Está incluído no circuito turístico consolidado denominado Pequenos Lençóis, que vem sendo comercializado pelas agências de viagens de São Luís e de Barreirinhas (PINHO, 2021).

**Figura 6 - Mapa de Localização da Comunidade Mandacaru no PNL**



Fonte: IBGE  
Org.: TERRA, 2023

Para Saldanha et al. (2020) a comunidade de Mandacaru possui este nome em decorrência que havia grande incidência dessa vegetação em épocas passadas. A uma distância de 26 quilômetros de Barreirinhas, seu percurso até lá é feito, principalmente por lanchas numa viagem que dura aproximadamente 45 minutos. Situada a margem esquerda do rio Preguiças e próximo ao povoado de Atins, “a primeira povoação edificada naquele entorno, podendo-se estimar a sua fundação, ao final do século XVIII” (FEITOSA, 2015 p.62). (Figura 7)

**Figura 7 - Comunidade Mandacaru**



**Fonte:** CAMPO, 2022  
**Autor:** GOMES, 2022

Segundo Lima (2006) Mandacaru possui uma pequena infraestrutura que provê de energia elétrica, escolas de ensino fundamental, posto de saúde, além dos comércios com artesanato local, possui também o farol, um forte ponto turístico do lugar.

De acordo com Saldanha et al. (2020) a comunidade abrange mil e quinhentos habitantes, sendo assim um concentrado populacional importante da região. Os nativos de Mandacaru trabalham basicamente com pesca e fabricação de embarcações, sendo uns dos povoados com o maior produtor de caranguejo.

Há também o artesanato produzido pelas mulheres da comunidade com matéria prima da região (fibra do buriti, conchas das praias e cascalhos). Não obstante, uma das atividades turísticas da região é o Farol Preguiças (Figura 8) que segundo Saldanha et al:

Um monumento tipo torre troncônica de concreto armado, com 45 metros de altura e uma quase duas centenas de estreitos degraus(160, precisamente), dispostos em uma escadaria circular/ingreme, tendo sido construído pela Marinha do Brasil, em 1940, e inaugurado quatro anos após, pelo almirante Moraes Rego, com o intento, até então único, de orientar os navegantes, visto o potente fecho de luz intermitente com alcance luminoso de 43 milhas, que dele emanava por todas as noites, assinalando desta feita, a barra e os baixos rochosos da foz do rio que lhe dera o nome (SALDANHA ET AL. 2020, p. 604).

**Figura 8** - Farol Preguiças localizado na Comunidade Mandacaru no PNLM



**Fonte:** CAMPO, 2022

**Autor:** GOMES, 2022

### 3.6 Comunidade de Santo Inácio 1

A comunidade Santo Inácio (Figura 9) está localizada no município de Barreirinhas e faz parte do PNLM, como comunidades tradicionais. A comunidade possui aproximadamente 46 famílias e se localiza aproximadamente a 24 km da sede do município (VIANA, 2019).

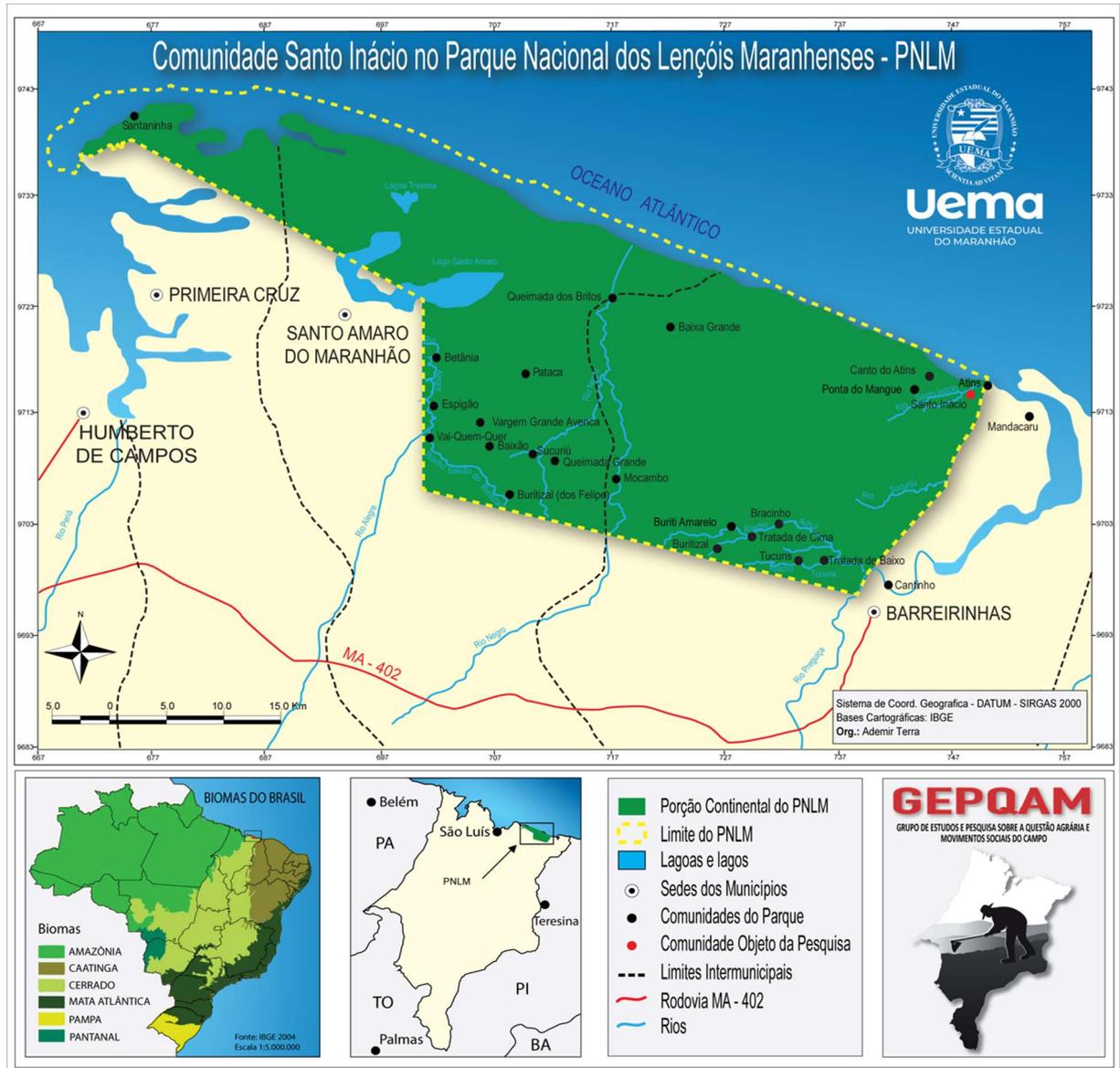
O meio de circulação que se usa para chegar à comunidade de Santo Inácio, é formada principalmente de solos arenosos e, por esta razão, os moradores da comunidade precisam de veículos como quadriculos e caminhonetes 4x4 para se deslocar (VIANA, 2019).

Viana afirma que a comunidade de Santo Inácio possui um perfil socioeconômico bem variado, pois, “uma vez que está localizada na rota turística, os comunitários desenvolvem algumas atividades ligadas ao turismo. Porém ainda assim, conservam algumas atividades tradicionais como a agricultura e a pecuária” (VIANA, 2019, p. 27).

Outro ponto importante a se destacar da comunidade é a questão que a mesma está dividida em duas partes: Santo Inácio 1 (Figura 10), comunidade a qual a pesquisa foi realizada e Santo Inácio 2. Apesar de ambas serem representadas pela mesma associação, a comunidade Santo Inácio 2 localiza-se na zona de amortecimento do Parque, enquanto a Santo Inácio 1 pertence inteiramente ao PNLM. A Zona de amortecimento se localiza em torno da UC, cuja

finalidade é diminuir a ação humana impondo-lhes regulamentações e restrições, que são os principais fatores na eclosão de conflitos socioambientais no Parque.

**Figura 9 - Mapa de Localização da Comunidade Santo Inácio no PNLM**



**Fonte:** IBGE  
**Org.:** TERRA, 2023

Embora distante da sede municipal de Barreirinhas, a comunidade fica a apenas 2 horas de distância da praia (por quadriciclo), sendo que uma delas está inserida na principal rota para o destino turístico mais popular, as lagoas das dunas. Com isso, os moradores apresentam uma pequena relação com as práticas turísticas (VIANA, 2019, p. 27).

Historicamente, a pesca na comunidade de Santo Inácio sempre representou uma das atividades intimamente relacionadas à vida dos residentes, mas, com a chegada dos atrativos

turísticos como tendas e pousadas, tornaram-se uma atividade quase inacessível. Isso porque os barcos de pesca reduzem as oportunidades para os residentes coletarem o básico do seu sustento. (Figura 10)

**Figura 10** - Comunidade Santo Inácio I



**Fonte:** Campo, 2021

**Autor:** Martins, 2021

A exploração na comunidade pode ser atribuída basicamente à coleta de castanha de caju. Usando o pseudofruto da fruta, doces são produzidos e vendidos em outras comunidades. No entanto, embora os moradores sejam os principais produtores da comunidade, os comunitários não possuem grande estoque de castanhas, pois eles também são afetados pelos regulamentos do parque. As tentativas de inviabilizar as plantações de cajus com base no fato de que tais plantações implicam na diminuição do número de espécies de animais no parque, visto que esta vegetação não é adequada para os animais silvestres que lá vivem.

O Buriti também é rico no povoado, porém, devido à alta salinidade no solo da comunidade, os buritizais não conseguem se adaptar e, em última análise, não podem produzir frutas, sendo usado apenas para fazer móveis e apetrechos de pesca, como o socó (VIANA, 2019, p. 29).

#### 4. PNLM à luz da teoria

Para melhor compreender e dar ênfase aos aportes teóricos desta pesquisa, é necessário entender, mesmo de modo sintético, os conceitos de Unidades de Conservação e Proteção Integral, conflitos socioambientais, campesinato, território, territorialidades e comunidades tradicionais, pois, eles carregam importantes elementos para a assimilação e caracterização das comunidades tradicionais situadas no PNLM, sua forma de sobrevivência, subsistência e, seus conflitos quanto a sua territorialidade no parque com o órgão de fiscalização do governo o ICMBio.

##### 4.1 Unidades de Conservação e de Proteção Integral

As unidades de conservação de proteção integral têm como objetivo garantir a preservação da natureza sendo utilizado somente, de forma indireta, seus recursos naturais (SNUC 2000). Elas possuem uma importância para o meio ambiente, pois, através das UC's há uma preservação da biodiversidade além de contribuir para o equilíbrio do sistema. E no encargo de proteger os ecossistemas e a biodiversidade brasileira, foi constituída através do Poder Público, no artigo 225 da Constituição Federal de 1988:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

E ainda neste mesmo artigo em seu inciso 1º na missão do conservacionismo, foi estabelecida uma rede de Unidades de Conservação. Nesta jurisdição, foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que segundo a Lei 9.985/00:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Costa (2017) esclarece que o SNUC tem como critério para sua implantação a gestão das unidades de conservação, como também, fiscalizar as explorações dessas áreas. O mesmo monitora as diversidades biológicas, protege espécies em extinção, coopera para o cuidado e restauro dos ecossistemas naturais, permite pesquisas científicas deste que seja para estudo e monitoramento ambiental, tal qual, consente com o turismo ecológico, sendo esse, o que é “praticado” nos Lençóis Maranhenses.

O Sistema possui o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, que é amparado pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA, sob o artigo 50 da Lei nº 9.985/2000, com o auxílio do ICMBio e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, bem como, órgãos portentos dos estados e municípios. Tem como propósito fornecer dados com informações oficiais do SNUC, sobre características físicas, biológicas, turísticas, gerenciais, bem como dados georreferenciados das UCs. Possui um banco de dados integrado com informações de maneira padronizadas das UCs em escala federal, estadual, municipal e particulares (COSTA, 2017).

Quanto ao histórico do SNUC, teve como base no Código Florestal de 1965, o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) que trabalhou com parques nacionais e reservas biológicas (de proteção integral) e florestas nacionais (para uso). Contudo, no ano de 1979, o IBDF divulgou seu primeiro plano para um sistema de unidades de conservação (MA-IBDF & FBCN, 1979), como forma de organizar o manejo das unidades de conservação. Todavia, o plano não pôs a reserva florestal, a floresta protegida ou “áreas de interesse local para o turismo”. Em 1977 o IBDF apresentou a estação ecológica como uma área de suma relevância e interesse ecológico e área de proteção integral. Desse modo, a Constituição Brasileira de 1988 proveu para as reservas extrativistas, e a proteção dos direitos das comunidades extrativistas parte do programa governamental Nossa Natureza. Uma figura legal de uma reserva privada foi estabelecida em 1977, como refúgio particular de animais nativos (Portaria 327/ 77 P, de 27 de agosto de 1977). Mas, o plano de 1979 não incluiu essa categoria da estação ecológica, ele apenas dava as reservas faunísticas e os parques de caça a permissão de serem públicos ou privados. Os que eram considerados refúgios particulares foram substituídos pelas Reservas Particulares de Fauna e Flora (Portaria 217, de 27 de julho de 1988), (RYLANDS e BRANDON, 2005).

Rylands e Brandon (2005) explicam que as reservas particulares não trouxeram resultados positivos, isso porque, poucas foram criadas e forneciam poucos instrumentos legais para os proprietários da terra. Em seguida, a portaria 217 foi alterada para as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), por meio do decreto 98.914 de 31 de janeiro de 1990 (Ibama, Portaria 828, de 1º de junho de 1990), que já possuía regulamentos rígidos, mas fornecia subsídios fiscais para parcelas de terra privadas.

Em decorrência do plano de 1979 do IBDF não ter sido legalizado, o sistema brasileiro de unidades de conservação sofreu embargos quanto a mal definição das categorias ambientais nas instâncias municipal, estadual e federal. Após muita demanda por um sistema de conservação consolidado, as unidades de conservação foram incluídas no Projeto Nacional

de Meio Ambiente de 1988, e em setembro de 1989, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi submetido ao Conama e ao Congresso Nacional, e oficialmente instituído em 2000 (Lei 9.985, de 19 de julho de 2000) (MMA SNUC, 2000). Em seguida foi estabelecido o decreto 3.834, de 5 de junho de 2001 que determinou que o Ibama deveria regular as categorias de unidades de conservação que não estavam em conformidade com as novas definições. (RYLANDS e BRANDON, 2005)

De acordo com artigo 7º do SNUC, as unidades de proteção integral são divididas em cinco categorias que são: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional Monumento Natural e Vida Silvestre.

Sendo o Parque Nacional (unidade de preservação objeto de nosso estudo), segundo o Art. 11º da Lei 9.985/00:

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (SNUC, 2000).

A qual é de domínio e posse do poder público, de modo que áreas particulares incluídas no limite serão desapropriadas (segundo a lei), a visitação pública para essas áreas é restrita conforme o plano de Manejo das unidades, pesquisas científicas somente com autorização do órgão gestor sujeitos a restrições e quando criada a unidade, seja pelo estado ou município, respectivamente será denominada de Parque Estadual e Parque Natural Municipal (SNUC, 2000).

Quanto à criação do SNUC, este provocou transtorno em algumas unidades de preservação, principalmente naquelas habitadas por comunidades tradicionais, haja vista que o mesmo preconiza que nas Unidades de Proteção Integral (UPI), não admite a presença humana. Não obstante, antes da criação dos Parques Nacionais e até mesmo a aprovação do projeto de lei do SNUC, já havia pessoas, povos e comunidades tradicionais nessas áreas, fazendo o uso da terra e reproduzindo seus saberes tradicionais. Porém, com a lei em vigência sendo posta e povos e comunidades lutando por seu território, acabam gerando conflitos socioambientais.

## **4.2 Conflitos Socioambientais**

Terra (2016) afirma que “o conflito emerge nas relações entre indivíduos de um mesmo grupo, entre grupos, entre os diferentes níveis organizacionais e entre organizações”. (TERRA, 2016, p.178), essa afirmação se contextualiza com a conjuntura atual das comunidades tradicionais do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Uma vez que, os

conflitos emergem desde sua transformação em UPI, considerando que o órgão gestor lhe impõe limites quanto as atividades que os camponeses podem ou não fazer em seus territórios, como premissa, que essas atividades tradicionais depredam o espaço a ser conservado, este é um fator gerador de conflitos entre os moradores locais e o ICMBio. Ou seja, são dois níveis organizacionais diferentes, e ambos aspiram exercer funções diferentes no território, o efeito dessa divergência é que um lado afeta o outro, em efeito das suas incompatibilidades e a dificuldade de manter o diálogo.

Nesse contexto, os conflitos que ocorrem no PNLN são caracterizados como conflitos socioambientais, pois estão relacionados à utilização dos recursos naturais e ao mesmo tempo o controle do território por agentes sociais diferentes. Segundo Brito, “problemas ambientais, dificuldades de ordem econômica, social, e principalmente política, o que em geral ocasiona graves conflitos entre as populações locais e as ações dos responsáveis por sua gestão.” (BRITO, 2008, p. 4). Em concordância, Henri Acselrad (2004) define conflitos socioambientais como:

Os conflitos que envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação ameaçada, por impactos indesejáveis-transmitido pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSELRAD, 2004, p. 26)

Estes conflitos socioambientais estão presentes na sociedade há muitos anos independente do espaço geográfico e/ou do seu contexto histórico, Brito et al (2011) considera que esses conflitos ocorrem não somente para preservação dos recursos naturais, como também para o uso destes que é a situação que atualmente ocorre com as comunidades do PNLN.

Ruiz (2005) com um conceito mais abrangente a respeito de conflitos socioambientais, os avalia como aspectos materiais e imateriais, o autor os caracteriza como uma divergência de interesses a respeito do uso do mesmo território ou pela utilização dos mesmos recursos naturais por grupos ou sujeitos distintos. Tal passo, esta conjuntura é altamente presente nas comunidades, visando que, o ICMBio preza pela preservação da mata nativa existente da Unidade de Conservação, impõe aos camponeses limitações quanto ao extrativismo e uso do território.

Não obstante, as comunidades necessitam deste uso e extrativismo da mata para sua subsistência e sobrevivência. Com base nisso, Ribeiro (1995) garante que os conflitos envolvendo recursos ambientais irão incorporar algumas particularidades, como a existência de efeitos diretos ou indiretos de determinadas atividades sociais e econômicas, e o resultado dessas ações é um impacto negativo sobre o meio ambiente. Conquanto, o autor também ver o

ambiente natural como um espaço de bem coletivo e, nesta esfera, atores sociais — usando como parâmetro as comunidades do PNLN — competem por seus interesses, conflitam e resistem para alcançar seus objetivos socioeconômicos e seu direito ao uso material e imaterial daquele território que lhes pertencem, pois, como afirmou Viana “o conflito socioambiental tem como causa imediata, não somente, mas principalmente a natureza, onde sua territorialização pode ter diferentes vertentes e significados para distintos atores sociais” (VIANA, 2019, p. 32).

Independente de todos os conflitos, os camponeses sempre resistirão, pois aquele território é o seu lugar, seus valores, conhecimentos, antepassados, famílias, enfim, fazem parte da sua territorialidade. Por mais que o capitalismo queira subtrair-lhes os seus territórios, eles não irão se submeter sem impor resistência, porém a própria subalternização é uma forma de resistência, assim, passar a incorporar novos hábitos e a estabelecer novas formas de relação com a os grupos sociais do entorno e com a natureza. Ou seja, é muito mais de sobrevivência do que de resistência (TERRA, 2017).

Por este mesmo prisma, Fernandes (2012), concorda que o camponês cria e recria suas condições de sobrevivência. É necessário entendê-lo antes de tudo, como um forte, mesmo diante de uma política capitalista de conservação ambiental, que não considera as territorialidades camponesas, suas táticas de manejo, este tem a capacidade de se territorializar em outros espaços, sobretudo porque campesinato e natureza são indissociáveis.

### 4.3 Campesinato

Não obstante, quando se fala da agricultura brasileira muito se associa ao agronegócio, as grandes plantações monocultoras com alto padrão tecnológico, mas Motta e Zarth (2008) explicam que isso é decorrência de uma espécie de “amnésia social” que marca a sociedade brasileira, que renega a contribuição do campesinato brasileiro para a formação deste país.

[...] o campesinato, forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual de produtores familiares, sempre se constituiu, sob modalidades e intensidades distintas, um ator social da história do Brasil. Em todas as expressões de suas lutas sociais, seja de conquista de espaço e reconhecimento, seja de resistência às ameaças de destruição ao longo do tempo e em espaços diferenciados, prevalece um traço comum que as define como lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais (HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO, 2008/2009).

Wanderley (2015) explica que o campesinato consiste em uma formação social de produção, cuja a base é de caráter familiar com o principal objetivo são as atividades produtivas voltadas para a família, além da corporação do trabalho organizado entre os próprios membros. “A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que

uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura” (WANDERLEY, 2015 p. 25).

Para se falar do campesinato no Brasil é necessário considerar seu contexto histórico de como sua inserção foi feita. A mesma está presente no país desde sua colonização, que consistia em grandes latifúndios monocultores e fazia uso da mão de obra escrava. Oliveira (2001) explicita que a luta por um território no campo e seus advindos conflitos sociais começa no início da colonização do país com os povos indígenas, os quais muitos foram mortos e tiveram seus territórios invadidos, “o território capitalista no Brasil tem sido produto da conquista e destruição dos povos indígenas” (OLIVEIRA, 2001, p. 190).

Junto com a luta dos povos indígenas, também emergiu as lutas dos escravizados negros contra seus senhores fazendeiros, “dessas lutas e das fugas dos escravos nasceram os quilombos, verdadeiras terras da liberdade e do trabalho de todos no seio do território capitalista colonial” (OLIVEIRA, 2001, p. 190), apesar que, assim como os indígenas, muitos escravos foram mortos nesses confrontos e até os dias atuais há uma luta pelo reconhecimento dos seus direitos.

Wanderley (2015) relata que a legislação fundiária colonial que fora criada por Portugal no período colonial, perde sua legitimidade após da independência do país em 1822 e, após ser modificada em 1850, criou-se um “vazio” de tempo que apenas valia a posse efetiva da terra. Com isso, houve uma ocupação provisória destas terras, onde não havia segurança jurídica para os agricultores que produziam mantimentos para si e para o mercado.

Mesmo diante da criação da Lei de Terras de 1850, o “sistema de posse” continua, isso porque a colonização brasileira deu-se pelo litoral, deste modo, as grandes propriedades ficava próximo a essa região, enquanto nas regiões mais interiores ficaram grandes espaços não apossado juridicamente, ficando assim, permitida a ocupação pelos camponeses “posseiros” (WANDERLEY, 2015). E esses posseiros, são uma parcela dos camponeses sem terra, que desde o período colonial vem lutando até o dia de hoje por terras que foram estabelecidas de forma desigual com a lei de 1850 a qual abriu brecha para uma prática corrente do latifundiário brasileiro: a grilagem de terras.

Nos anos de 1960, o Brasil começa a receber transformações no setor agrícola e rural, pois inicia-se a modernização da agricultura a qual, visando uma dominação da indústria e do acúmulo de capital financeiro investem em máquinas, equipamentos e materiais necessários para a produção agrícola. Há também, uma ocupação das fronteiras agrícolas que usaram o benefício da política pública de incentivo à expansão (WANDERLEY, 2015).

A autora explica que tanto o investimento em maquinários modernos para produção agrícola, como a expansão das grandes produções, trouxera efeitos negativos para os camponeses. Em razão de que muitos dos agricultores foram expulsos pelos grandes produtores que moravam em terras no interior do país, alguns desses proprietários contratavam esses trabalhadores para algumas necessidades de trabalhos, mas com máquinas modernas e mecanizadas fazendo o serviço de forma ágil e rápida, não contratavam os agricultores para um serviço duradouro.

Por conta dessa expulsão massiva dos trabalhadores rurais, no dia 02 de março de 1963, foi promulgado a Lei nº4.214 do Estatuto do Trabalhador que reconhecia os agricultores como trabalhadores e, dessa forma, eles tinham direitos trabalhistas sujeitos a reivindicações na justiça e, com isso, foi-se fortalecendo um movimento sindical naquele período. Como os camponeses não aceitaram de forma passiva essas expulsões, surge em Pernambuco as organizações das Ligas Camponesas que se espalharam pelo país e demandaram uma Reforma Agrária (WANDERLEY, 2015).

Após a redemocratização com o fim da Ditadura Militar e a publicação da Constituição de 1988, houve uma maior imersão dos movimentos sociais na política, para assim, lutar por causas justas e levar as demandas da sociedade necessária. No que diz respeito ao meio rural, esse movimento foi o MST (Movimento Sem Terra) que foi fundado em 1984, mas antes dele, já existia o Movimento Sindical Rural, que surgiu em 1960. Através desses movimentos que se há um diálogo sobre a questão fundiária do país e como os camponeses ainda devem se manter na luta pela terra (WANDERLEY, 2015).

Oliveira (2011) assevera que:

O MST, como o movimento social rural mais organizado neste final de século, representa, no conjunto da história recente deste país [...] essa luta camponesa revela a todos os interessados na questão agrária um lado novo e moderno. Não se está diante de um processo de luta para não deixar a terra, mas diante de um processo de luta para entrar na terra (OLIVEIRA, 2011, p. 194).

Na mesma linha de pensamento, a Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964 do Estatuto da Terra foi muito importante para os camponeses, ela foi promulgada no primeiro ano do governo militar. Mas, anos depois, em 1985 foi elaborado o I Plano Nacional de Reforma Agrária, que aumentaria o número de assentamentos rurais, sendo a década de 1990 em que mais houve assentados como resultado de muita pressão pelos movimentos sociais (WANDERLEY, 2015).

Oliveira (2001) explica que após a visita do presidente Tancredo Neves ao Vaticano, o Papa da época pediu-lhe para realizar uma Reforma Agrária no país, então Tancredo

Neves nomeou Nelson Ribeiro como o primeiro ministro da Reforma Agrária. Todavia, o PNRA não foi bem aceito pelos ruralistas que faziam parte do governo da Nova República e, com isso, buscaram não permitir sua inserção.

Durante o governo Collor, a União Democrática Ruralista (UDR), tomou posse do comando a respeito da Reforma Agrária no país. Com o ministro Antonio Cabreza Mano Filho assumindo o Ministério da Agricultura, o PNRG foi posto de lado. E mesmo com a saída de Collor do poder e seu vice Itamar Franco assumindo, não houve muita diferença quanto aos novos assentados (OLIVEIRA, 2001).

Até 1994, o resultado da ação do Estado referente aos assentamentos rurais foi: de 1927 a 1963 foram assentadas em projetos de colonização no Brasil, oficialmente, 53 mil famílias; de 1964 a 1984, entre colonização e assentamentos, 162 mil famílias; de 1985 a 1994, foram assentadas 140 mil famílias. Estes dados permitem afirmar que a partir das políticas do Estado brasileiro nunca se implantou uma política de acesso à terra aos camponeses (OLIVEIRA, 2001, p. 200).

Por esta razão é que consideramos a pertinência da luta por uma Reforma Agrária no país, que promova justiça social, seja pela desconcentração da propriedade da terra, seja para legitimar o direito da propriedade da terra por povos que historicamente já as ocupam, as quais constituem seus territórios. “A reforma agrária significa uma modificação radical da estrutura agrária de um país” (MATTEI, 2012, p. 308) a mesma é uma necessidade que nunca foi levada a sério pela elite política brasileira, todavia, tal questão que envolve distintos interesses deve ser encarada como uma necessidade, pois como afirma Cruz (2012) esta “envolve todas as tensões e contradições da construção de um projeto de emancipação social em que igualdade e diferença sejam pilares equivalentes no horizonte de justiça social” (CRUZ, 2012, p. 601), essas situações conflitantes são evidenciadas nas comunidades do PNLM, por estar inserida numa UC, na qual o turismo é principal atividade estimulada pelas políticas públicas, porém busca atender primordialmente os interesses de grupos sociais que veem o parque apenas como uma fonte de recursos econômicos, negligenciando os interesses dos camponeses, nos quais o econômico é apenas mais uma variáveis e que não tem preponderância, mas sim um elemento que compõe a complexidade do seu modo de vida.

#### **4.4 Território**

Lages, Braga e Morellre (2004) revelam que o termo território é de origem latina, "territorium", que está relacionada à ideia de uma parcela de terra apropriada. E, este termo "territorium" deu origem a duas palavras com significados distintos: "terroir" a qual refere-se à relação entre a cultura agrícola e o solo, enquanto "territoire" está associado ao poder do

príncipe sobre uma determinada área geográfica e seus habitantes. Ambos os termos ressaltam a importância do território em aspectos econômicos, políticos e sociais.

O território de um país é uma entidade jurídica e política fundamental, já que é o espaço onde o Estado ou país exerce sua soberania, ou seja, seu domínio e poder exclusivo. A delimitação do território é importante para estabelecer as fronteiras e definir questões políticas, legais e econômicas, e também para garantir a segurança e proteção territorial do país e de seus habitantes. Além disso, o território está associado a questões de identidade nacional e cultural, já que é nele que os habitantes do país se reúnem e compartilham sua história e tradições. Porém, é importante lembrar que o território não se restringe apenas ao seu aspecto físico, mas também inclui sua relação com o contexto ecológico e as atividades econômicas desenvolvidas nele. (SANTOS, 2009)

Conquanto, é importante entender que os conceitos de espaço e território são dissemelhantes, “o espaço representa um nível elevado de abstração, enquanto que o território é o espaço apropriado por um ator” (LAGES, BRAGA e MORELLE, 2004, p. 26) no território há uma delimitação do poder, havendo assim, um ou mais sujeitos permeando e trabalhando sobre certos espaços.

O território não deve ser visto apenas como um meio material, considerando que nele há “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se projetam no espaço” (LAGES, BRAGA e MORELLE, 2004, p. 26), segundo esses autores, no território são construídas histórias que perpassam diferentes escalas, sendo este, um objeto de estudo não somente da geografia, como também de diversas ciências, onde cada qual utiliza-se da sua perspectiva.

Lages, Braga e Morelle (2004) explicam que a origem e dinâmica dos territórios estão relacionadas as várias proporções que os mesmos têm. O território possui uma extensão física: a qual está relacionada com seus recursos naturais e geomorfológicos do lugar, bem como seus sujeitos sociais; possui uma proporção econômica: a qual os agentes sociais e a forma organizacional do espaço está relacionado com o meio de produção, dando-lhe uma face mais capitalista; há também a dimensão simbólica: que está relacionado mais com a identidade do lugar, nele dá-se “relações culturais e afetivas entre um grupo e lugares particulares, uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo” (LAGES, BRAGA e MORELLE, 2004, p. 27); e por fim, a extensão sociopolítica: da qual os agentes sociais buscam conexões de poder.

Jean Gottmann descreve o território como “uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o

suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo.” (GOTTMANN, 2012, p. 03). Para este autor, o território é um campo espacial do sistema político o qual o Estado tem toda autonomia, sendo ele o responsável por quaisquer ações que sejam tomadas no mesmo, e muitas dessas ações desfavorecem quem nele reside, já que o território é organizado por indivíduos no espaço segundo seus próprios objetivos (GOTTMANN, 2012.), como o próprio autor afirma. Essa busca de objetivos cria um conflito entre quem habita e quem quer dominar, já que ambos têm objetivos distintos e, esses conflitos ocorrem devidos como Medeiros afirma, “para uns o território é um espaço de identidade e, para outros, ele é visto apenas como um espaço de identificação como um claro objeto político e econômico.” (MEDEIROS, 2015, p. 217)

Contudo, a importância de não se ver o território apenas como um objeto político se deve ao fato de o território também ser um lugar que exerce valores a quem nele vive, criando-se assim um sentimento de pertencimento e identidade, como o Haesbaert (1997) afirma:

O território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva. (HAESBAERT, 1997, p. 41)

Para Saquet (2015) o território é pensado na concepção de espaço-tempo, a qual essa relação tem como um movimento condicionante e inerente à formação do território, levando em conta que o espaço e tempo sempre estarão se relacionando e, essa sua correlação, é relevante para a formação do território. Visto que, cada progresso histórico que ocorre, conseqüentemente leva a surgimento de novas fases, que “[...] noutras situações, relações sociais, sejam elas culturais, econômicas ou políticas especializadas, regionalizadas ou territorializadas.” (SAQUET, 2015, p. 70). E essas relações também se materializam em virtude de um sistema territorial quem vem de uma coesão do espaço político, por questões de uma rede de informações que é gerada no próprio território, o que se deve do mesmo ser também, um agente produtivo.

Em vista disso, as diferenças e desigualdades territoriais podem ter diversas causas, que vão desde aspectos físicos e geográficos até fatores sociais e econômicos, vale considerar que a forma como esses territórios se insere em estruturas políticas e econômicas mais amplas também pode afetar suas características e conseqüentemente a qualidade de vida de seus habitantes. Considerando assim, que “cada território é, portanto, moldado a partir da combinação de condições e forças internas e externas, devendo ser compreendido como parte de uma totalidade espacial” (LAGES, BRAGA e MORELLE, 2004, p. 27).

Deste modo, Santos (2009) atesta que o território é um construtor qualitativo do espaço cujas matérias primas naturais são moldadas pela ação social, ou seja, o território é a idealização das coisas por quem nele habita lhe formou e o contribuiu. O território está muito além de um espaço físico ou objeto político, ele é um complexo de recursos, valores e ideais que foram gerados ao longo do tempo pela sociedade que dele dispõem e o transforma.

Porquanto, no que se refere aos povos e comunidades tradicionais, o território não se trata apenas de um espaço físico, mas está intrinsecamente ligado às suas tradições, culturas e relações estabelecidas com o meio ambiente ao seu redor. É, portanto, um espaço vivo e dinâmico, que requer uma gestão cuidadosa e equilibrada para garantir a sua preservação e manutenção, como ressalta Costa: “é um fato que de certa forma gera raízes e identidade sociocultural, que estão ligadas aos atributos que o espaço concreto possui” (COSTA, 2017, p. 46).

#### **4.5 Territorialidade**

Saquet (2015) considera que “o território é o resultado das territorialidades efetivadas” (SAQUET, 2015, p. 75). Andrade também afirma que “a formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido de territorialidade. (...)” (ANDRADE, 2004, p. 20) e nessa perspectiva, entramos no conceito da territorialidade para melhor entender o papel das comunidades tradicionais no território, que dentre outras, “designa a qualidade que o território ganha de acordo com sua utilização ou apreensão pelo ser humano” (SPOSITO, 2009, p.11), ou seja, a forma como as pessoas se apropria e cria um sentimento de pertencimento ao território, configura a forma que este irá tomar.

Santos (2009) discorre que o conceito de territorialidade surgiu em 1920 por um inglês ornitólogo chamado H. E. Howard, para Howard, os organismos vivos adotavam condutas para ocupar e proteger um determinado espaço, de forma a garantir seus recursos e reprodução, com capacidade de reconhecer o território ocupado por membros de sua própria espécie e, em muitos casos, estabelecendo hierarquias de dominação em relação à ocupação desses espaços. Mas, levando essa concepção para o âmbito mais humano, Soja considera que a territorialidade é: "um fenômeno comportamental associado com a organização do espaço em esferas de influência ou de territórios claramente demarcados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou por agentes outros que assim os definam" (SOJA, 1971 p. 19).

Deste modo, também se faz necessário compreender os conceitos de espaço, território, lugar e entre outros, acabam surgindo também, já que eles em algum tópico se relacionam de forma secundária com a territorialidade. Claude Raffestin sustenta que a “territorialidade pode ser defendida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo” (RAFFESTIN, 1993, p. 160), nessa perspectiva se observa que o território ganha identidade, não por si só, mas por quem nele vive.

A valoração do território é um processo que reúne dois tipos de recursos: os sociais e os naturais. Os recursos não são coisas naturais, mas as condições sob as quais os materiais naturais são produzidos na sociedade. Decorrente da conexão entre o homem e a natureza. “O homem dá sustentabilidade à sua existência a partir de um tecido de condições produzido coletivamente, o que significa um modo social de ser” (SANTOS, 2009, p. 28).

Santos (2009), trata que a territorialidade humana é complexa e de multifaces, Soja (1971) trabalha com três perspectivas básicas que envolvem diversos aspectos que podem incluir um sentido de: identidade espacial (YI-FU TUAN, 1980;1983), exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço (RAFFESTIN, 1993).

Além disso, a dimensão social e histórica desse fenômeno é fundamental para uma compreensão mais profunda dessa questão. A relação entre homem e meio ambiente deve ser analisada não apenas sob o prisma dos indivíduos, mas também em função das estruturas sociais, das relações de poder e dos arranjos históricos que moldam as condições de vida das pessoas em um determinado território. Essas dimensões sociais da territorialidade incluem a luta pelo controle do espaço, a definição de fronteiras e a diferenciação cultural, que podem influenciar significativamente a forma como as pessoas interagem entre si e com o ambiente ao seu redor.

Em virtude disso, Machado (1997), explica que a territorialidade estaria ligada aos sujeitos sociais de um determinado espaço em algum momento da história, as quais suas atuações são estipuladas entre suas relações interpessoais em um espaço-tempo estabelecido. Ou seja, a territorialidade está vinculada tanto aos sujeitos sociais que habitam determinado espaço quanto ao contexto histórico, cultural e ambiental no qual eles se inserem.

As atuações dos indivíduos no espaço são construídas a partir dessas relações interpessoais, que por sua vez são influenciadas por variáveis sociais e culturais mais amplas, como etnia, religião, entre outras. Dessa forma, a territorialidade é um fenômeno dinâmico que depende da interação entre sujeitos e contextos para se estabelecer e se perpetuar ao longo do tempo. A compreensão dessas dinâmicas é fundamental para uma análise mais profunda da territorialidade e suas implicações sociais e culturais.

Isto posto, pode-se observar a territorialidade das comunidades presentes no PNLM e seu território de identidade, na qual muitos nasceram naquela região, bem como seus antepassados e descendentes também pertencem àquela comunidade, criando-se assim um sentimento de pertencimento por seu território. E por esse motivo, os comunitários têm a pretensão de não se retirar de seus territórios e continuar sobrevivendo de sua renda local.

Contudo, assim como eles veem a comunidade como território de identidade, seu local de pertencimento, o Estado o vê como território de identificação e quer impor projetos de “desenvolvimento”, que na atual conjuntura remeta a privatização/concessão de uso privado do parque, resultando assim, em um conflito pelo uso do território, pois ambos o veem como objetos distintos, e possuem interesses diferentes quanto seu uso no espaço.

#### **4.6 Comunidades Tradicionais**

Nessa perspectiva, as comunidades tradicionais, recorte dessa pesquisa, habitam na UC do PNLM e fazem o uso dos recursos naturais ali presentes para a sua produção e reprodução do seu modo de vida. Esses sujeitos sociais habitam o Parque há séculos, e por essa razão, são enquadrados como comunidades tradicionais por serem um conjunto de grupos sociais que, historicamente, têm ocupado áreas agora distintas à preservação e a conservação ambiental. (CRUZ, 2012, p. 597). Em relação a esse termo, que ganhou grande visibilidade graças a suas lutas pela sua cultura, saber tradicional e território, no dia 7 de fevereiro de 2007 através do decreto N° 6.040 a constituição brasileira reconhece os povos e comunidades tradicionais, que são definidas no Artigo 3º, inciso I como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Costa (2017), destaca que esses grupos geralmente possuem valores e práticas que privilegiam a solidariedade, o compartilhamento e a relação com a natureza, bem como intensas relações com laços familiares e comunitários. Essas comunidades são compostas por populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, caiçaras, entre outras, que possuem formas de vida peculiares e distintas da sociedade urbana. A denominação "Comunidade Tradicional" é importante porque reconhece e valoriza a diversidade cultural e ambiental do país, garantindo a esses grupos o direito à autodeterminação e à preservação de seus modos de vida.

Cruz (2012, p. 598), ressalta que as comunidades tradicionais têm uma forte relação com o território, e esta vai muito além de uma importância material (sua base de produção e

fonte de recursos naturais), como também um valor simbólico e afetivo com o lugar, por meio de uma relação com a ancestralidade, sua memória e seu conhecimento local que são passados de geração para geração através do: artesanato, tecer redes de pesca, roçar entre outros, além do sentimento de pertencimento ao local.

No entanto, essas comunidades que fazem parte de alguma área de preservação sofrem com conflitos, em razão do que Diegues (2001) declara que “um dos argumentos dos preservacionistas contra a existência das populações tradicionais em áreas protegidas consideradas restritivas é pretensa incompatibilidade entre a presença dessas populações e a proteção da biodiversidade” (DIEGUES, 2001, p. 89), para os órgãos gestores dos Parques, pessoas vivendo em uma área de proteção ambiental atrapalham na manutenção da biodiversidade, já que é por esse motivo que são criados os PARNAS. Não obstante, Diegues também afirma que existem estudos que confirmam que o aumento de biodiversidade em floresta está correlacionado as práticas tradicionais dos moradores primitivos (comunitários), julgando, pelo fato que há florestas que estão bem adaptadas as atividades do homem, por razões dos comunitários não possuem nenhuma atividade agrícola que afetam de forma brusca o meio-ambiente, considerando que, naquele local onde produzem e, não irão destruir sua própria fonte de consumo e sustento.

Diante do atual contexto político, os povos e comunidades tradicionais estão vivendo uma supressão das políticas públicas, porém, esses povos possuem vários direitos garantidos pela constituição de 1988 no que concerne a sua reprodução imaterial e material, aquele que contrariar tais garantias estará sujeito a penalizações. Entretanto, o que se testemunha é o não cumprimento da lei, que no Art. 216 da Constituição Federal explicita que:

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

[...]

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Ainda assim, em muitos casos, as populações tradicionais enfrentam pressões externas para a exploração ou apropriação de seus territórios. Por isso, é importante que o reconhecimento e proteção dos territórios dos povos e comunidades tradicionais sejam garantidos. Em vista disso, houve uma grande vitória aos povos e comunidades tradicionais que foi a assinatura do Decreto 88750/2016 que criou o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, que tinha como objetivo promover o desenvolvimento sustentável

dos povos e comunidades tradicionais, tendo em vistas o reconhecimento, fortalecimento e o assegurar os direitos destes povos e comunidades, inclusivamente os de natureza territorial, socioambiental, econômica, cultural, e seus usos, costumes, conhecimentos tradicionais, ancestrais, saberes e fazeres, suas formas de organização e suas instituições. Todavia, esta conquista teve duração efêmera, pois num novo contexto político em 2019, no qual houve diversos retrocessos no que tange as políticas inclusivas, foi assinado o decreto 9.759/2019 que extinguiu o referido (REINHOLS, 2019).

Desse modo, percebe-se que as lutas desses povos e comunidades são contínuas, pois a insegurança jurídica é algo sempre, e depende muito dos interesses do grupo político que está à frente do governo. Esta parcela da sociedade brasileira está em constantes conflitos seja pela conquista ou manutenção de seus territórios e/ou pela preservação do seu modo de vida.

## 5 CONTEXTO HISTÓRICO DA LUTA DA MULHER CAMPONESA

A mulher camponesa está presente em todo o Brasil desde sua colonização, elas sempre tiveram um papel no campo, seja como agricultora, quebradeira de coco, pescadora, artesã, enfim, nunca foram limitadas somente a casa e filhos. Porém, devido toda estrutura patriarcal e machista a qual a sociedade brasileira foi constituída, as camponesas viveram e vivem até os dias atuais, preconceitos e entraves quanto seu espaço e direitos no campo.

A luta da mulher pelo seu espaço na sociedade vem de muitos anos, lutas por melhores condições de trabalhos, por direitos dos seus corpos, por respeito daqueles que as consideram frágil. Dessa forma, o MMC (Movimento de Mulheres Camponesas) foi criado, cujo o movimento busca defender e assegurar os direitos das mulheres, dando lhes mais liberdade e igualdade no campo, busca “valorizar o trabalho e os saberes das mulheres repassadas de geração em geração” (OBSERVATÓRIO DA SOCIEDADE CIVIL, 2019).

Lisboa e Lusa (2010) explicam que trajetória de lutas do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no Brasil se iniciou na década de 1980, no Estado de Santa Catarina, quando o país se encontrava numa crise econômica e política, aflorado de um longo tempo de repressão em decorrência da ditadura militar que ocorreu em 1964 a 1985.

A estruturação da mulher camponesa nos movimentos sociais, as permitiu ter mais vozes, se empoderar, questionar e buscar a igualdade de gênero. Assim, segundo Paludo e Daron (2012) foi criado em 1995 a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), com intuito de fortalecer, congregar e amplificar as lutas das mulheres camponesas. Após o I Congresso do ANMTR em 2003, o MMC recebeu essa sigla, que segundo Lusa (2009, p. 20) essa mudança de foi de cunho político cuja as transformações os trouxeram significados quanto a sua personalidade nos movimentos sociais, dando ênfase ao movimento do camponês feminino, objetivando a produção de subsistência familiar de modo que vai contra o sistema capitalista.

Vale ressaltar que o MMC é um movimento composto apenas por mulheres, possui uma grande importância no meio político, cultural e social. Sua organização permitiu uma autonomia às camponesas, libertando-as de qualquer discriminação e dominação que a elas era/são impostas. A lutas das mulheres camponesas são pela construção de uma sociedade cujas relações sociais são baseadas na harmonia entre os seres humanos e natureza (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, 2004, p. 05).

Houve uma grande mobilização das mulheres no Brasil entre 8 de março a 17 de outubro de 2000, num movimento denominado Marcha das Margaridas, que foi coordenado por

várias comissões de movimentos sociais. A marcha tinha como objetivo reivindicar questões importantes para o grupo, como: reforma agrária, educação, saúde, trabalho, meio ambiente, a luta contra o preconceito racial e étnico, a violência sexista e outros pontos importantes. A Marcha das Margaridas teve esse nome como forma de homenagear uma grande líder de Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoas chamada Margarida Maria Alves, que a mando de latifundiários, foi morta em 1983, em frente a sua residência diante da sua família (AMORIM, 2007, p. 26).

Desse modo, as mulheres camponesas veem sendo determinantes na história de suas lutas no contexto dos movimentos sociais, com objetivo de incluir-se na sociedade reivindicando que seus modos de vidas sejam respeitados. Uma luta que não busca apenas a igualdade de gênero entre homens e mulheres, com também questões relacionadas a sua forma de produção na agricultura, preservação e biodiversidade. Lutas que as têm recolocado como protagonistas e transformando os rumos da sociedade (SILVA, 2016, p. 47).

Portanto, o MMC vem criando o espaço de avanços as mulheres e gerando um movimento independente e democrático. Lusa (2009) afirma que:

O MMC assume-se como um movimento autônomo, democrático, popular, classista, já que é composto por trabalhadora do campo, além de ser portador de uma mística revolucionária, que o sustenta nas lutas travadas do cotidiano de cada integrante e também naquelas assumidas coletivamente, através das manifestações organizações pelo movimento (LUSA, 2009, p. 197).

Além do Movimento de Mulheres Camponesas, há também o feminismo camponês popular, que está relacionada às lutas e resistências das mulheres do campo. ROJAS (2020) explica que o movimento feminista tem sido muito criticado e não aceito pela sociedade patriarcal e machista, o campesinato não considerou o feminismo como uma luta pela terra, assim como, as pautas de lutas por direitos das mulheres à terra também não foram consideradas lutas feministas.

Calaça, Conte e Cinelli (2018) explicam que as camponesas do MMC tinham consciência que suas lutas por mais direitos não poderiam estar desconectados das lutas de classe, contudo, via-se a necessidade de empreender esforços para lutas cuja as principais protagonistas seriam mulheres. Assim sendo, as mulheres se organizarem no movimento e foram derrubando os embargos que a elas eram impostas, fortalecendo ainda mais suas organizações.

Após a mulheres camponesas se organizarem socialmente, elas lutaram por seus direitos que historicamente foram negados, principalmente após a redemocratização do país, ao se tornarem militantes e porta-vozes do seu movimento, elas buscaram por mais espaços na

política, denunciando os crimes ocorridos na ditadura militar e buscando inserir suas pautas no conjunto dos movimentos sociais, uma vez que elas percebiam que havia uma exclusão das suas reivindicações (CALAÇA, CONTE e CINELLI, 2018).

De modo que, a formação do feminismo camponês também está atrelada às resistências ao capitalismo que invadem suas terras e os bens naturais do meio ambiente. Com isso, o feminismo camponês popular vem criar uma identidade das mulheres camponesas com suas terras e, tornando-se popular por ser uma luta de classes dentro de outra classe (ROJAS, 2020).

Deste modo, Rojas (2020) enfatiza que o feminismo que se fundamenta por meio das mulheres do campo é uma luta de sociedade de classes, cujo princípio é a luta contra sua exploração, opressão e controle, sendo a sociedade capitalista colonial, o patriarcado e o racismo os principais causadores. Desta forma, a luta do feminismo no campo está ligada à um movimento político e organizacional cujas lutas modificam o meio social, a economia e o regime da classe trabalhadora que, inclui principalmente, as mulheres trabalhadoras do campo.

### **5.1 A mulher camponesa do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**

A presença da mulher camponesa no PARNA é recorrente desde o povoamento do município de Barreirinhas, e por realizar atividades tradicionais, possuem sua própria cultura além que todas as suas atividades e seu modo de vida serem ligadas ao meio ambiente fazendo-as sempre preservar, as tornam comunidades tradicionais. Todavia, após a chegada do turismo na região dos Lençóis Maranhenses, que a cada ano se intensifica, houve uma grande mudança não só na cidade em si, como também nos camponeses que tiveram que se subordinar ao turismo, visto que, muitas lagoas são próximas das comunidades ou mesmo por estas serem cortadas pelas rotas do turismo. Mas, essa subordinação não surgiu apenas com a chegada do turismo, isso se deve também pela imposição da legislação ambiental que derivam, principalmente da lei 9.985/2000 do SNUC.

Em vista disso, muitos camponeses tiveram que abandonar suas atividades tradicionais ou se sujeitarem aos encargos que interferem diretamente no seu modo de vida. No entanto, as atividades tradicionais como a agricultura, extrativismo e pesca não era apenas trabalho dos homens, as mulheres têm um importante papel quanto aos trabalhos realizados na comunidade. Alguns documentos apresentados na Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento no Município de Barreirinhas revelam que muitas mulheres cadastradas como lavradoras e pescadoras, isso antes da transformação do Parque em Unidade de conservação, evidenciando o trabalho que as camponesas sempre realizaram. (Figura 11).

As moradoras relatam que quando o seu território foi transformado em Unidade de Conservação, não houve diálogo e nem comunicação, uma das moradoras relatam que só ficaram ciente dessa mudança após instalações de portes de energia elétrica dentro da comunidade. E quando o órgão gestor foi implantado no território, para gestar a UC, elas passaram a conviver com limitações impostas, como a não criação de animais soltos e até roçagem ficou proibida, em caso de desobediência dessa legislação, os comunitários passaram a ser multados. (Figura 11)

**Figura 11** - Cartão de cadastro de sócio de lavradoras de Barreirinhas

**CADASTRO DE SÓCIO**

N.º 4.889

Nome: [REDACTED]

Endereço: Atins - Barreirinhas

Atividade: Lavadeira

Data da Admissão: 30.1.07.87 Cart. [REDACTED] do Nasc. 14.05.1923

Estado Civil: [REDACTED]

A N O	MENSALIDADES											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1987							5,00					
1988												
1989	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
1990	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
1991	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
1992	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
1993	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00
1994	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
1997	0,72	0,72	0,72	0,72								

Assinatura do Sócio: \_\_\_\_\_ Assinatura do Presidente: \_\_\_\_\_

**Fonte:** Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento no Município de Barreirinhas, 2021

E por esta razão, por não concordarem com tais limitações de uso do seu território, as quais afetavam de modo significativo o seus e modos de vida, elas e seus familiares juntaram-se e buscaram por direitos e estabeleceram formas de resistências. Não obstante, as mulheres camponesas no PNLM ainda hoje, mantém suas atividades tradicionais, como também, são elas as principais porta vozes de lutas e direitos para os moradores das comunidades tradicionais, estando presentes em reuniões, conselhos e indo aos órgãos públicos em busca de melhorias para suas comunidades.

As camponesas possuem grande identidade quanto ao seu espaço e papel social, Silva (2016) afirma que a identidade pode ser entendida como:

A expressão cultural de um grupo, comunidade ou sociedade, diante de estímulos externos, diferenciando-se os membros um dos outros. A identidade fundamenta-se na cultura, embora ela não seja cultura. Esta é inerente ao ser humano; já identidade se manifesta como ação social e coletiva concreta frente aos outros (SILVA, 2016, p. 47).

Deste modo, observa-se que mulheres do PNLN são grandes protagonistas das lutas pelos seus direitos, e isso é reflexo desta identidade, seja individual ou coletiva com o lugar que habitam e se socializam, pelos quais lutam e nele querem se manter. Silva (2016), assevera ainda que as camponesas a adquirirem consciência de quem são, ou seja, sua posição de mulher camponesa, há uma coletividade e, juntas, estruturam-se para lutar por seus direitos.

Quanto às políticas públicas que contemplam as camponesas, estas são assistidas por meio de aposentadorias (as mais idosas) e pelo programa Bolsa Família (aquelas que possuem filhos menores de idade). Tais políticas, apesar da relevância econômica para as famílias, não suprem todas suas necessidades. Por essa razão, muitas mulheres continuam se dedicando ao extrativismo da castanha do caju visando a comercialização, trabalham nas pousadas existentes no Parque durante a temporada de turismo, além de continuar se dedicando ao artesanato.

Quanto à saúde, ao saneamento básico e às escolas, as mulheres relatam certo descaso por parte dos órgãos competentes, o que gera muitas reclamações das comunitárias. Na comunidade de Atins, há uma unidade Básica de saúde, que possui algumas especialidades médicas e cuidados básicos, nela são atendidas não somente as moradoras de Atins como também de Mandacaru e Santo Inácio. Tais comunidades também dispõem de agentes de saúde que as atendem periodicamente e realiza vacinações. Em relação ao saneamento básico nas comunidades, só recentemente nelas passou a ter coleta de lixo.

No que concerne à educação, as comunidades Santo Inácio e Mandacaru possuem escolas de nível Fundamental Menor, enquanto que em Atins, possui escola do Ensino Fundamental Maior, que atende às crianças das outras comunidades, ou seja, as crianças das demais comunidades, têm que se deslocar para para Atins para estudar. Porém, nenhuma comunidade possui escola que ofereça o Ensino Médio, sendo necessário o deslocamento dos alunos das comunidades para a sede de Barreirinhas para ter acesso a este nível de ensino.

A busca pelo atendimento por tais políticas é quase que exclusividade das mulheres camponesas do Parque, por essa razão, vislumbra-se as camponesas do PNLN lutam e buscam mais visibilidade mesmo com todas as dificuldades, uma luta que não é hoje e que nunca parou, as quais revelam seu empoderamento ao buscar por direitos que lhes cabem e não se calando e ou se abstendo de suas causas importantes. Sempre procurando estar presentes em quaisquer decisões a serem tomadas em seu território e que dizem respeito às pessoas que neles habitam. Evidenciando sua territorialidade e sempre se afirmando como pertencentes daqueles espaços, que as moldaram e lhes trouxeram saberes tradicionais, que receberam das gerações de mulheres que as antecederam. As camponesas sempre usaram sua voz e usam até hoje, pois

entendem que o seu lugar é onde elas se reconhecem e, por esta razão, luta por ele, seja na cidade, mas, principalmente, no campo.

## **6. Mulheres de Atins e Mandacaru**

Durante as atividades de campos, muitas das nossas recepções e diálogos foram realizadas por mulheres, não somente por ser nosso objeto de pesquisa, mas decorrência de: 1) muitas atividades tradicionais antes realizadas nas comunidades foram proibidas, com isso, parte significativa da população masculina precisaram se deslocar para sede do município de Barreirinhas e, até mesmo para outras cidades para conseguir emprego e com isso, o sustento da família; 2) muitas das mulheres trabalham como diaristas e/ou temporada em pousadas, principalmente em Atins, deste modo, nas baixas temporadas muitas se dedicam às atividades do lar e algumas atividades tradicionais como o artesanato e lavouras de subsistência; 3) a falta de oportunidade de emprego e também de escolas de Ensino Médio nas comunidades faz com que muitos jovens saiam em busca de acesso a educação e de oportunidades de trabalhos, ficando nas comunidades apenas os mais idosos, dos quais por possuir o sentimento da territorialidade, não desejam abandonar seu território.

A maioria das mulheres entrevistadas estavam numa faixa etária entre 30 a 80 anos, sendo algumas mães, maioria casadas, e poucas viúvas. Na comunidade de Atins, muitas mulheres vieram de outras comunidades, principalmente de Santo Inácio e Mandacaru para trabalhar nas pousadas e restaurantes.

Quanto aos seus desdobramentos econômicos, com a chegada e intensificação do turismo na região, a vida dos comunitários tradicionais mudou completamente, isso por que tanto os homens como as mulheres tiveram que se adequar à nova atividade econômica. No caso das mulheres, o meio que elas encontraram de não só manter o seu sustento, mas continuar em seu habitat foi trabalhar em pousadas e restaurantes, sejam como: cozinheiras, camareiras, recepcionistas, atendentes e muitas das vezes, exercendo todas essas funções, uma moradora afirmou que alguns donos de pousadas pagavam 40,00 reais a diária, ou seja, um valor muito baixo comparado a demanda dos serviços que lhes são cobrados.

Um proprietário de pousada em Atins afirmou que muitas funcionárias, não só de sua pousada, mas em quase todas, não possuem carteira assinada, e que elas se submetem a esta situação precária de trabalho para não perder os benefícios que possuíam como por exemplo o auxílio Brasil e Seguro Defesa Pescador. Contudo, ao observarmos a realidade das mulheres,

via-se que muitas não queriam ficar sempre sujeitas a estas precárias condições de trabalho e que os auxílios complementavam suas rendas.

Quanto as atividades tradicionais, as trabalhadoras de Atins e Mandacaru afirmaram serem marisqueira e artesãs, e as de Santo Inácio trabalhavam com plantação e criação de animais. Entretanto, não exerciam mais estas atividades porque estas demandam uma carga de trabalho muito pesada e remuneram muito pouco, por esta razão, a maioria decidiu trabalhar em alguma atividade ligada ao turismo.

Não obstante, há aquelas que continuaram com suas atividades tradicionais e ao mesmo tempo se dedicam às atividades ligadas ao turismo como estratégia de manutenção de uma qualidade de vida um pouco melhor, como é caso das artesãs de Mandacaru. Estas mulheres relatam que aprenderam as técnicas do artesanato ainda quando criança e que este trabalho é passado de geração para geração, seus estabelecimentos para a venda estão estrategicamente localizados numa pequena rua por onde os turistas passam para chegar ao farol, um dos pontos turísticos da comunidade (Figura 12). Esses artesanatos consistem em objetos feitos de conchas de praias, bolsas, chapéus, portas garrafas produzidos da fibra de buriti, souvenir da comunidade, além de roupas de crochê confeccionada manualmente. (Figura 13, 14 e 15)

**Figura 12** - Rua dos artesanatos de Mandacaru



**Autor:** GOMES, 2022

**Figura 13 - Artesã confeccionando uma tia**



**Autor:** SILVA, 2022

**Figura 14 - Material confeccionado para a venda**



**Autor:** SILVA, 2022

**Figura 15** - Artesã que confecciona objetos com conchas de praia



**Autor:** SILVA, 2022

### **6.1 As Mulheres Camponesas como protagonistas nos Conflitos Socioambientais**

No que concerne aos conflitos socioambientais que emergem em virtude das delimitações impostas pelo ICMBio às famílias que habitam o Parque, muitas as moradoras afirmam que além da proibição ou restrição de algumas atividades tradicionais como pesca, roçagem, criação de animais proibidas, há ainda um outro emblema que tem gerado tensões entre ambas as partes, trata-se da proibição da construção de residências e que qualquer mudança em suas residências elas precisam se deslocar até o ICMBio para pedir permissão.

Segundo a conselheira dos comunitários do parque, outro problema que lhes afligem diz respeito ao lixo deixado pelos turistas no caminho para as lagoas, cuja limpeza é realizada pelos próprios comunitários, embora os responsáveis pelas agências de turismo afirmam que os guias de turismo é que fazem a limpeza do lixo deixado pelos turistas, e que estes são orientados sobre a importância e a necessidade da destinação correta dos resíduos por eles produzidos, observa-se assim, uma contradições nos relatos dos diferentes sujeitos sociais que atuam no Parque, além disso, a contradição entre o que se preconiza sobre como deve ser o turismo sustentável e aquele que é praticado no âmbito do PNLM.

As mulheres camponesas afirmam que não sofrem qualquer preconceito ou limitação por serem quem são e que não têm vontade de deixar suas comunidades, frisaram que amam aquele lugar e sempre lutarão para se manter nele, pois para elas aquele é seu lar, suas

histórias, o espaço que elas podem desenvolver seus valores e saberes tradicionais. Como Silva (2008) discorre, as comunidades do Parque possuem toda uma coletividade e identidade refletida na região dos Lençóis Maranhenses, e que no caso de serem os remanejadas, as consequências seriam drásticas para suas vidas.

Nas comunidades existem associação de moradores e quando acontecem reuniões com o órgão gestor, as mulheres têm uma participação efetiva. Todavia, não existe no momento qualquer movimento social atuando nas comunidades.

No que concerne ao turismo, as camponesas de Santo Inácio nos comunicaram que para elas houve benefício alguns benefícios apesar que, muitas queixaram-se do aumento dos preços dos alimentos, o que se torna prejudicial, logo que muitas dependem de auxílios e aposentadorias. Visto que esses altos preços são voltados para o turista, contudo, as afetam as comunidades também.

Enquanto nas comunidades Atins e Mandacaru, como ambas fazem parte da rota de turismo, houve um maior benefício para elas, principalmente por que algumas moradoras montaram seus restaurantes e quiosques, mas uma das objeções que uma moradora trouxe é que ela era queria mais benefícios, que os nativos do lugar pudessem serem donos de grandes pousadas e restaurantes, dando mais oportunidades para as pessoas do lugar, criticando o fato dos grandes estabelecimentos do parque, especialmente de Atins, são propriedade de pessoas de fora.

## **6.2 Maria do Celso: Símbolo da resistência feminina das comunidades tradicionais do PNL**

Em continuidade, essa foi uma grande questão também levantada pela moradora que é o maior símbolo de resistência feminina do parque e grande porta voz dos comunitários, Maria do Celso, atualmente moradora da comunidade Ponta do Mangue desde 1969, ela é natural de Santo Inácio. Ao entrevistarmos, ela nos relatou do seu projeto de construir um restaurante na comunidade Canto do Atins, da qual ela já possui todos os documentos e plantas para a construção do estabelecimento. Entretanto, o ICMBio não havia dado o alvará para sua construção, ou seja, percebe-se estrangeiros e pessoas de fora das comunidades podem ter grandes estabelecimentos e se beneficiarem do turismo, mas os próprios nativos, os que sempre viveram e preservam aquele lugar não podem usufruir o mesmo privilégio.

Em sequência, ainda enfatizado a dona Maria do Celso, a mesma fundou a associação dos moradores da comunidade, ela explicou que sua principal atividade para fonte de renda foi pesca, criação de animais e roça, a mesma realizava as três atividades no mesmo

período quando mais nova. Indignada com as delimitações impostas aos moradores do parque, a mesma sempre ia a sede de Barreirinhas pedir melhorias quanto as comunidades e os moradores, ela nos informou que caminhavam em torno de 3 horas, tanto para ir, como para voltar. Mas, graças a esse seu empenho e luta, muitos benefícios chegaram as comunidades, e um deles recentemente foi a chegada de energia em sua comunidade no ano de 2020. Contudo, por conta de todo esse esforço que ela teve quando mais nova pelas as comunidades, hoje já idosa, ela possui alguns problemas físicos.

Assim sendo, nota-se que a iniciativa da Maria do Celso, motivou outras mulheres para lutar e resistir a qualquer limitação imposta a elas, sendo hoje, muitas das que mais participam dos conselhos e reuniões, tentam dialogar com o órgão gestor e representam suas comunidades. A mulheres do PNLN são exemplos de força ao se adaptar as mudanças a elas impostas, buscar sua fonte de renda, cuidar das residências e filhos principalmente quando o companheiro precisar ir trabalhar fora. São mulheres que não se abatem comas dificuldades, mas sempre buscam se sobrepujar a ela.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tendo em vista as discussões aqui levantadas, se observa como as camponesas do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses se organizam socialmente e que com alguma resistência, se adequam às políticas impostas pelo ICMBio. Diante do que já foi levantado, alguns conflitos são travados em defesa de seu território e de sua territorialidade.

Desse modo, as informações discutidas nesta pesquisa colocam em evidência os problemas que as comunitárias têm passado. Mostrando seu protagonismo nas lutas quanto aos conflitos socioambientais que ocorrem em suas comunidades. O órgão gestor considera que os camponeses são os principais causadores de degradação da UC, pois possuem algumas de suas atividades que promovem desmatamento e queimada das áreas que devem ser protegidas e, essas atividades irão causar extinção das espécies biológicas ali presente. Para o ICMBio, a solução mais viável seria realocar os moradores do PNLM, como preconiza o SNUC, contudo, são várias famílias de comunidades tradicionais que fazem parte do Parque, portanto seria muito dispendioso e conflituoso o processo de realocação de todas as famílias camponesas do parque.

Constatou-se também, que apesar do SNUC exigir a participação das comunidades tradicionais para a implantação do Parque, por diversas razões, principalmente em razão PNLM ter sido criado antes mesmo de legislação que o regula atualmente, não houve a participação das comunidades no processo de criação no passado, os comunitários afirmam que só ficaram cientes da criação do parque após uma visita do IBAMA (antigo órgão gestor) na comunidade, isso meses depois da sua implementação. Atualmente, tem tido pouca participação em questões que são fundamentais para a manutenção de seu modo de vida.

Os conflitos socioambientais nas comunidades resultam da dialética entre as visões de mundo e de dois distintos sujeitos sociais, com objetivos distintos em relação ao uso de um mesmo território tendo como eixo norteador o meio ambiente. De um lado do conflito está o órgão gestor visa preservar a natureza sem a presença humana no interior do Parque, numa perspectiva em que evidencia a incompatibilidade da convivência harmoniosa e equilibrada entre o homem e a natureza, do outro lado estão os comunitários que precisam desse território para continuar se reproduzindo socialmente, e ao longo do tempo manteve uma relação de convivência equilibrada com a natureza.

Não possuindo meios de retirar os camponeses e camponesas do parque, o ICMBio passou a adotar, uma estratégia de vencer os camponeses pela exaustão, criando dificuldades para sua atuação no seu cotidiano, uma desta estratégia consiste em penalizar os camponeses por realizarem suas atividades que são consideradas degradantes, por outro lado o órgão estimula a atividade do ecoturismo, que contraditoriamente, danifica muito mais a natureza que

as atividades tradicionais desenvolvidas no cotidiano camponês. Evidencia-se, que o parque desde a sua criação, atende somente os interesses de recreação e lazer, ignorando a existências das comunidades ignorando-os no momento de qualquer decisão.

Outra questão que envolve as camponesas, é política de privatização/concessão do PNLN para uma administração privada, apesar da proposta de ainda estar tramitando, os comunitários demonstram receio de como ficará sua situação com uma concessão privada gerindo o parque, eles temem que ficarão bem mais inviabilizados, levando em consideração que, essa concessão tem como objetivo atrair mais turista e conseqüentemente, lucrar com isso. E as comunidades tradicionais não fazem parte desse circuito capitalista.

Independentemente, de todos os conflitos que os camponeses e as camponesas têm passado quanto a sua resistência de uma inserção nas regras do sistema capitalista, ao mesmo tempo eles se subalternizam, numa clara estratégia que visa a continuidade do seu modo de produzir e reproduzir no território, enfrentando todas as imposições impostas a eles. Pois para eles o território possui mais do que um valor econômico, possui também, valores afetivos e simbólicos, um sentimento de pertencimento.

Durante anos, estas comunitárias se relacionam com a natureza, em uma prática de necessidade e colaboração, sem que haja qualquer tipo de devastação do meio ambiente. Por isso, com todas as implicações que lhes impõem, os mesmos resistem e lutam para continuar garantindo seus direitos de continuar a reproduzir seu modo de vida, que é praticado a várias gerações o que os fazem ter tanto apreço ao território que habitam.

## REFERÊNCIAS

- ACSERALD, H. Justiça Ambiental: Ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSERALD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA J. A (Orgs). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Ford, 2004.
- ALVES, A. M. (2010) O método materialismo histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de psicologia da Unesp**, 10(1), 1-13.
- AMORIM, E. S. de. **Trajectoria educacional de mulheres em assentamentos de reforma agrária na região tocantina-MA**. 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2007.
- ANDRADE, M. C. de, 1992. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BELEZA, R. L.; PEREIRA, R. M. F. A. **Aspectos Geo-históricos e Econômicos de Barreirinhas, seus povoados e o PNLN (Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses), Como Atrativo Turístico**, 2016, Paraná, Brasil.
- BRANDÃO, C. R. **Pesquisar – Participar**. In: (Org). Pesquisa participante. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 9-16. **Participar-pesquisar**. In: (Org). Repensando a pesquisa participante. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 7-14.
- BRASIL. Constituição (1988). **Emenda Constitucional nº 48, de 2005. Artigo 215**. In: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 05 de Outubro de 1988-Brasília.
- BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação SNUC. **Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas**; Ministério do Meio Ambiente. 13 de abril de 2006- Brasília. \_\_\_\_\_ . Decreto-lei n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em 10 de jan 2020.
- BRITO, D. M. C. *et al.* **Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais UNIFAP**, n. 4, p. 51-58, dez 2011.
- BRITO, D. M. Conflitos em Unidade de Conservação. **Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais UNIFAP**, N, p. 1-12, 1 dez 2008.
- CALAÇA, M. K. A. dos S., CONTE, I. I., & CINELLE, C. (2018). **Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas**. *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 2018. 3(4), 1156–1183.
- CASTRO, C. E. **A Política Nacional de Proteção da Natureza e seus Desdobramentos no Território do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. 2012 Teses (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

CAVALCANTE, G. C.; SILVA, M. da G. O campo vai à cidade: escola nucleada urbana e o (des)encontro de saberes e práticas educativas In: **Anais Seminário de Educação de Adultos da PUC-Rio**, 1. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: PUC/Nead, 2010.

CORREIA, M. C. A observação participante enquanto técnica de investigação. **Revista Pensar Enfermagem**, São Paulo, V. 13, Nº 2, p. 30-35, 2º Semestre de 2009.

COSTA, Z. de J. S. **Turismo Ecológico ou “Ecológico”**: (?) O caso das comunidades Tratada de Cima e Mandacaru no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. 2017. 82 f. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís.

CRUZ, V. C. Povos e Comunidades Tradicionais. In: **Dicionário da Educação do Campo**. (Org) CALDART, R. S. et al. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão, Popular, 2012.

DIAS, R.G. **Tempo de muito chapéu e pouca cabeça, de muito pasto e pouco rastro**: ação estadual e suas implicações para comunidades tradicionais no parque nacional dos lençóis maranhense. Teses (Doutorado em ciências sociais), Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

FEITOSA, A. C. **Lençóis Maranhenses: relação homem-ambiente na comunidade Ponta do Mangue, Barreirinhas-Maranhão**. EDUFMA, São Luís, 2015.

FERNANDES. B. M. **O território camponês**. Ed. Expressão popular, Rio de Janeiro & São Paulo, 2012.

FURTADO, L A. WADA, E. K. **Os impactos socioeconômicos do turismo em Santo Antônio, Queimada dos Britos e Atins – comunidades do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. TURRYDES Revista Turismo y Desarrollo local sostenible, n. dezembro, 2019

GALVÃO, M. C. B. "O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica." Fundamentos de epidemiologia. 2ed. A 398 (2010): 1-377.

GOMES, R. D. **Tempo de muito chapéu e pouca cabeça, de muito pasto e pouco rastro: ação estatal e suas implicações para comunidades tradicionais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. 2017 Teses (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão.

GOTTMANN, Jean. **A evolução do conceito de território**. Boletim Campineiro de Geografia, Campinas, v. 2, nº 3, p. 523-544, 2012.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.

**HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO**. Apresentação geral. São Paulo, UNESP, Brasília MDA, 2008/2009. 9 volumes

IBAMA. **Plano de Manejo: Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. Barreirinhas: Ibama, 2004.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico do município de Barreirinhas**. [online]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>.

LAGES, V. BRAGA, C. MORELLI, G. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Ignacy Sachs, prefácio. - Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, 2004

LIMA, M. A. D. D. S., ALMEIDA, M. C. P. D., & LIMA, C. C. **A utilização da observação participante e da entrevista semi-estruturada na pesquisa de enfermagem**. Revista gaúcha de enfermagem. Porto Alegre. Vol. 20, n. especial (1999), p. 130-142.

LIMA, J.M.B. **As belezas e os mistérios do rio Preguiças: Lençóis Maranhenses, explosão de vida**. Barreirinhas: 2006. 2 ed.

LISBOA, T. K. LUSA, M. G. **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM PERSPECTIVA DE GÊNERO – BRASIL, MÉXICO E CUBA: MULHERES PROTAGONISTAS NO MEIO RURAL**. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 871-887, setembro-dezembro/2010.

LUSA, M. G. **Do chão do Cotidiano, o Protagonismo do Movimento de Mulheres Camponesas em Terras Catarinas: Uma trajetória de lutas, construindo identidade e conquistando autonomia**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) -Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC-SP. São Paulo, 2009.

MACHADO, M. S. **Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade**. Geo UERJ, n. 1, p. 17-32, 1997.

MARCOS, V. de. **TRABALHO DE CAMPO EM GEOGRAFIA: REFLEXÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA PARTICIPANTE**. *Boletim Paulista De Geografia*, 2017, 105–136.

MARTINS, E. M. **Desenvolvimento Local e Atividade Turística em Barreirinhas – cidade portal dos lençóis maranhenses**. Teses (mestrado em geografia, meio ambiente e desenvolvimento) - Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2008.

MATTEI, L. F. **A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país**. Estudos Sociedade e Agricultura, vol. 20, n, 1, pp. 301-325, abril de 2012.

MEDEIROS, R. M. V. **Território, espaço de identidade**. In: Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 3.ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1994.

MOTTA, M. e ZARTH, P. (Orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. 1: Concepções de justiça e resistência nos Brasis.

São Paulo, UNESP; Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008. (História Social do Campesinato no Brasil).

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO BRASIL. Deliberações do MMC Brasil. Brasília: MMC Brasil, 2004.

MULHERES CAMPONESAS: ORGANIZAÇÃO, LUTAS E ESPERANÇAS. Observatório da Sociedade Civil. Disponível em <https://observatoriosc.org.br/mulheres-camponesas-organizacao-lutas-e-esperancas/> Acesso em: 21 de fev de 2022.

OLIVEIRA, A. U. de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária.** Estudos avançados, v. 15, p. 185-206, 2001.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLHC/Labor Edições, 2007.

PACÍFICO, M. **Materialismo histórico-dialético: gênese e sentidos do método.** Argumentos: Revista de Filosofia. Fortaleza, ano 11, n. 21, p. 220-231, jan-jun. 2019.

PALUDO, C. DARON, V. L. P. Movimento de mulheres Camponesas. (MMC Brasil). In. CALDART, Roseli Saete, PEREIRA, Izabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, expressão Popular, 2012.

PINHO, T. **Experiências de base comunitária na região dos Lençóis Maranhenses (Brasil): potencialidades e limitações.** ROTUR. Revista de Ocio y Turismo, 2021, 15(2), 146-167.

PISCIOTTA, K. **Pesquisa Científica em Unidades de Conservação da Mata Atlântica Paulista.** 2003. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Ciência Ambiental. Universidade de São Paulo.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REINHOLZ, F. Um espaço de resistência dos povos e Comunidades Tradicionais. **Brasil de +** acesso em 17 de janeiro de 2020.

RYLANDS, A. B BRANDON, K.. **Unidades de conservação brasileiras.** Megadiversidade, v. 1, n. 1, p. 27-35, 2005.

RIBEIRO, R. F. **Introdução à questão metodológica.** In: DIEGUES, A. C. S. Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais. Rio de Janeiro: IBASE, 1995.

ROCHA, L. G.; DRUMMOND. J. A.; GANEM. R. S. Parques Nacionais Brasileiros: problemas fundiários e alternativas para a sua resolução. **Revista de Sociologia e Política,** Curitiba, V. 18, Nº 36: 205-226 jun. 2010.

ROJAS, V. O Feminismo Campones e Popular, a identidade da mulher rural e mundo operário. **MST,** 2020. Disponível em <http://mst.org.br>. Acesso em 27 de agosto de 2022

RUIZ, S. **Cambios institucionales y conflictos em El uso del bosque del norte amazónico boliviano**. Ph.D. (teses). Albert-Ludwigs-University, Freiburg, Germany, 2005.

SALDANHA, M. A. BELLO, L. A. L., CRUZ, S. H. R., & SERRA, M. O. **E o Turismo do Mandacaru com o farol (temporariamente) fechado?!? Percepções da comunidade - atores da atividade**. Revista Brasileira De Ecoturismo (RBEcotur), 2020, 13(3).

SANTOS, C. **Território e territorialidade**. REVISTA ZONA DE IMPACTO. ISSN 1982-9108, VOL. 13, setembro/dezembro, ANO 11, 2009.

SAQUET, M A; SPOSITO, E S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 2 ed. São Paulo, 2015.

SHANIN, T. Lições Camponesas. In: PAULINO. Eliane. T., FABRINI, João. E. (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, D. L. B. da. **Turismo em Unidades de Conservação: Contribuições para a prática de uma atividade turística sustentável no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) Universidade de Brasília, Brasília.

SILVA, I. V. d. **O protagonismo das mulheres camponesas na luta pela terra**. 2016 dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

SOJA, E. W. **The political Organization of Space**. Washington, D.C: AAG Comission on College Geography. 1971.

SOUSA, G. T. **Perfil Socioespacial da Comunidade de Buriti Amarelo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM)**. Relatório (Iniciação Científica) - Universidade Estadual do Maranhão: São Luís; 2018.

SPOSITO, M. E. B. Introdução. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org). **Território e Territorialidade: teorias, processos e conflitos**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 11-16.

STÁLIN, J. **Sobre o materialismo dialético e o materialismo histórico**. Clube de Autores, 2021.

TERRA, A. Conflitos Socioambientais na Gestão do Parque nacional dos Lençóis Maranhenses: O Caso das comunidades Tratada de Cima, Tratada de Baixo e Buritizal. Ed. **Boletim Goiano de Geografia**. (Online). Goiânia 2017.

TERRA, A. Conflitos Socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. In: PORTO, I. M (Org). **Geografias em questão**. São Luís: Eduema, 2016.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia. **Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL. 1980. **Espaço & Lugar. A perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL. 1983.

VIANA, F. O. **Conflitos Socioambientais entre a territorialidade camponesa e a preservação ambiental nas comunidades de Tucuns e Santo Inácio, localizadas no Parque**

**Nacional Dos Lençóis Maranhenses (PNLM).** Relatório (Iniciação Científica) - Universidade Estadual do Maranhão: São Luís; 2019.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro. Agricultura familiar:** realidades e perspectivas, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2015.

RUIZ, S. **Cambios institucionales y conflictos em El uso del bosque del norte amazónico boliviano.** Ph.D. (teses). Albert-Ludwigs-University, Freiburg, Germany, 2005.

**APÊNDICE- A**

## ENTREVISTAS COM AS CAMPONESAS

1. NOME:
2. IDADE:
3. ONDE NASCEU?
4. QUAL A PROFISSÃO?
5. TRABALHA DE CARTEIRA ASSINADA?
6. PRINCIPAL FONTE DE RENDA?
7. RECEBE ALGUM AUXÍLIO?
8. QUAIS IMPOSIÇÕES LHE FORAM IMPOSTA DEPOIS DA TRANSFORMAÇÃO DO PARQUE EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO?
9. COMO É A RELAÇÃO DA COMUNIDADE COM O ICMBIO?
10. PARTICIPA DOS CONSELHOS E REUNIÕES DA COMUNIDADE?
11. O TURISMO FOI BENÉFICO PARA VOCÊ E PARA A COMUNIDADE?
12. POR SER MULHER, JÁ SOFREU ALGUMA LIMITAÇÃO OU PRECONCEITO NO PARQUE?
13. TEM VONTADE DE IR EMBORA DA COMUNIDADE?